

“Congresso atua como aliado do governo no desmonte ambiental, discutindo e aprovando mudanças danosas na legislação”

Página 3

“Pelo menos 300 parlamentares são anti-indígenas”, avalia Cimi

Páginas 4 e 5

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLII • Nº 437

Brasília-DF • Julho/Agosto 2021



Foto: Matheus Veloso

Maior mobilização indígena pós-constituente reúne seis mil pessoas em Brasília

Lideranças indígenas de mais de 170 povos estiveram mobilizadas, no acampamento Luta pela Vida, confiantes que a Suprema Corte sacramentasse o direito originário à terra, dando fim ao marco temporal

Páginas 12, 13, 14 e 15

Marco temporal, marca do atraso

Por **Carlos Marés**, advogado do povo Xokleng no Recurso Extraordinário 1.017.365 – publicado originalmente na Revista Pub

Os povos indígenas das Américas lutam há quinhentos anos por um único direito, o de existir. Muitos sucumbiram sob a violência colonial. Violência física, sem subterfúgios. Sem intervalo, sem vergonha, sem punição. A negação do direito de existir se faz, também, por sofisticados arranjos teóricos e jurídicos, como formais declarações de guerra para matar ou reduzir a escravos povos inteiros.

A morte tem sido a forma constante de negar o direito, mas mudanças de vida sempre fizeram parte do arranjo e a oferta de assimilação à cultura hegemônica, com aparência de generosidade, acaba tendo o mesmo efeito da declaração de guerra. A assimilação foi política de estado e ganhou nomes suaves como integração, emancipação, desenvolvimento, ou grosseiros como evolução, civilização, superação do atraso, aculturação, “se assemelhar a nós civilizados”.

Todas essas políticas negaram o singelo direito à existência como grupo, povo, comunidade ou qualquer outra palavra que sirva a tradução para o vernáculo. O que importa, no fundo, é a soberba certeza de que os povos originários têm que deixar de sê-lo porque é muito melhor para eles mesmos viverem na rica e doce sociedade colonial. Rica e doce, dois adjetivos coloniais. Mas os povos têm outro conceito de doçura e riqueza e continuaram insistindo que querem ser povos. Não querem disputar a cotoveladas um insuficiente pedaço de rapadura ou uma pepita inútil. Tal e tão profunda a soberba que a sociedade hegemônica, colonial e capitalista não podia acreditar que os povos queriam continuar a ser povos e os via como transitórios, provisórios, em processo de evoluir de povo a cidadão, abandonando a cultura ancestral, modos, costumes, conhecimentos, gostos e jeito de ser. Alguns sucumbiram, outros resistiram.

A formulação jurídica era assim: os indígenas deveriam se tornar cidadãos livres e deixar de pertencer a um povo. Para melhor convencimento, as políticas tinham que ressaltar as vantagens da mudança e isso implicava em tornar menos confortável a vida coletiva. Para isso era importante diminuir seus habitats, desprezar seus conhecimentos, negar as crenças, punir o uso da língua, desacreditar as lideranças espirituais e tradicionais. Humilhar até a vergonha. Por isso, e também para se apropriar das terras férteis, os povos eram transferidos para lugares desconhecidos, com pouca caça e pouca fruta.

Um povo, para existir, depende de duas condições, a primeira, subjetiva, é a vontade profunda de continuar juntos, solidários e irmanados, conscientes de sua identidade; a segunda, objetiva, é ter um lugar para exercer a irmandade livremente. A condição subjetiva é fundamental, a consciência da condição, a identificação, as características que os une, a história e a memória dos antepassados, a língua comum, o autorreconhecimento ou autoidenti-

ficação. E essa foi a permanente lutas de todos os povos, poder ser o que dizem que são.

A segunda condição é o espaço vital, o território, o lugar onde a cultura se forma e é por ela modificado. É a natureza, o ambiente. É a fonte e o destino de todo conhecimento, da alimentação e da vida. O subjetivo e o objetivo se encontram para a sociedade fluir com seus problemas e suas soluções. Quando o espaço é sonogado, invadido, esbulhado, ameaçado, a luta do povo se concentra para sua manutenção. E nos quatrocentos e cinquenta anos em que os povos foram entendidos como transitórios a principal restrição se fez ao espaço vital, negando a territorialidade. Como a modernidade colonial precisava das terras para colonizar, o esbulho se tornou regra. Destruir as condições objetivas e materiais de existência do povo passou a ser prioridade para o sistema moderno. As remoções se deram para o uso das terras, para plantar ou explorar minérios.

No final do século XX, depois de quatrocentos e cinquenta anos de resistência, a modernidade cedeu e aceitou o direito dos povos. Em 1988 a Constituição brasileira reconheceu “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (...) e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. O lugar de sua existência, onde existir. Para que não restassem dúvidas, dispôs que essas terras seriam aquelas habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. O direito a existir no lugar que permita a continuidade de sua existência foi consagrado. O quê e o onde. Quem pode ser contra isso? Resposta fácil: quem não se importa com a humanidade e sim com a riqueza material da terra.

Para os indígenas, porém, as riquezas da terra não são o que se extrai e esgota, a madeira, o ouro ou as pedras preciosas. Riqueza não é um conceito monetarizado. Riqueza é a vida, o sagrado, a espiritualidade incompatível com a devastação. E a Constituição reconheceu isso. Mas os contra, os amantes da riqueza simbólica e dourada, mesmo antes de definida a norma constitucional, começaram a armar caminhos para desfazer o estabelecido. Se estava resolvido o quê e o onde do direito, restava as obstruções e

armadilhas do como garantir e do quando exercer.

Rapidamente os interessados nas terras indígenas inventaram um novo procedimento para a demarcação e usaram seu poder para instituir o decreto nº 1.775, de 1996. Era a armadilha do como. Com isso a demarcação passou a ter mais importância que o conceito e foi espalhado, contra a Constituição, que terra não demarcada era terra não indígena. O como anulava o quê e o onde!

Mesmo assim, no disputado Estado brasileiro as demarcações prosseguiram, não com a rapidez desejada, contra todas as dificuldades e forçadas pela pressão permanente e insone dos povos e seus aliados. Foi então que entrou em pauta a velha ideia do quando. Em 1996, na elaboração do decreto de demarcação a ideia foi ensaiada, mas não houve insistência porque se esperava que a burocracia demarcatória inibisse o direito, isto é, se apostou que o como inviabilizasse o direito dos povos. Na segunda década do século XX, porém, a ideia do quando voltou com força e foi chamada pelo sugestivo nome de marco temporal.

A despropositada teoria é de que só tem direito a existir os povos que no 5 de outubro de 1988, promulgação da Constituição, estivessem na posse de sua terra, numa inversão do conceito. Essa tese foi citada na decisão sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol porque havia um esbulho recente de arroteiros que à força, como sempre, haviam entrado na terra. Imediatamente, e sem escrúpulos, a Advocacia Geral da União (AGU) determinou que a ideia fosse aplicada em todas as demarcações. A decisão da AGU nunca foi totalmente aplicada, mas também nunca foi integralmente revogada e causou danos. Membros anti-indígenas do Congresso Nacional propuseram projetos de leis para impedir que a União demarcasse terras e, se o fizesse, aplicasse o marco temporal. O como e o quando são armadilhas para estrangular o quê e o onde!

Como se trata de matéria constitucional o STF foi chamado a se pronunciar sobre o marco temporal e a oportunidade surgiu no Recurso Extraordinário sobre parte da Terra Indígena Xokleng que o Estado de Santa Catarina queria desconstituir como terra indígena usando a tese. A questão foi reconhecida como tema de repercussão geral e, afinal, o Supremo decidiria sobre a sufocante armadilha.

Porantinadas

Germinar a resistência

3,4 toneladas de sementes crioulas e agroecológicas foram doadas às comunidades indígenas dos povos Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul (MS), no dia 13 de agosto. A ação contou com organizações, entidades e movimentos, entre elas o Cimi, para um resgate mínimo de soberania alimentar. “Essas sementes são sagradas e fortalecem a nossa existência como ser humano. Elas afetam o nosso modo de ser, a nossa forma de plantar. Esses alimentos têm desaparecido em nossas comunidades, o que inclusive tem a ver com a nossa perda de território”, desabafou Rosicleide Vilhalva, do povo Kaiowá.

Ameaça ao Estado democrático de direito

O Cimi repudia o pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, protocolado pelo presidente da República no Senado Federal no dia 20 de agosto de 2021. Tal pedido visa intimidar o STF em sua atuação e atribuições constitucionais, e na sua representação do Poder Judiciário brasileiro. Fatos paralelos coincidem com essa atitude do presidente da República e indicam que ele busca retirar o foco de sua incompetência para a função de chefe do Executivo e desviar as atenções do desastre que sua administração está significando para o Brasil.

Porta-voz de fake news

Em entrevista à Rede Fonte de Comunicação, de Goiás, o presidente Jair Bolsonaro disseminou mais uma “fake news”. Na tentativa de plantar um argumento que ajude na defesa do chamado marco temporal - tese jurídica em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que restringe a demarcação de terras indígenas -, o presidente da República afirmou que, caso a Corte decida favoravelmente povos originários, uma área “do tamanho da região sul” seria demarcada para uso exclusivo dos indígenas. Mentira descabida!



Brasília comanda avanços de garimpos e desmatamentos no Brasil

“Enquanto órgãos ambientais seguem enfraquecidos, Congresso atua como aliado do governo no desmonte ambiental, discutindo e aprovando mudanças danosas na legislação”

Por **Cristina Ávila**, *Jornal Brasil Popular/DF, em parceria com o Cimi**

A mais global e visível expressão da destruição da Amazônia Legal está na análise histórica dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os novos números do sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real) confirmam as tendências cada vez mais caóticas na maior reserva da biodiversidade do planeta.

Recentemente, o Inpe atualizou os dados de julho do Deter. O acumulado de alertas de desmatamento em 2021 é de 8.712 km². O segundo maior índice desde 2016, um pouco menos do que 2020, quando chegou a 9.216 km². As informações foram coletadas até 30 de julho.

A análise por categorias de alertas atesta que a destruição promovida pela mineração cresce. Devastou 125 km² da Amazônia Legal em 2021, a maior desde 2016, com alta de 62% em relação a 2018. O Observatório do Clima, que reúne as principais instituições ambientalistas do país, constata que o Governo Bolsonaro teve três recordes negativos desde 2016, com desmatamentos 69,8% maiores do que a média de anos anteriores.

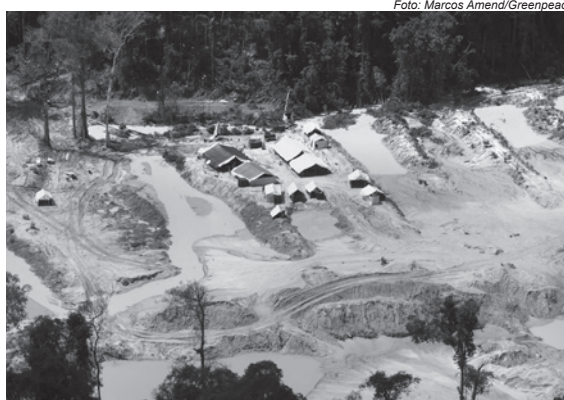
“Os órgãos ambientais seguem enfraquecidos enquanto o Congresso atua como aliado do governo no desmonte ambiental, discutindo e aprovando mudanças danosas na legislação, como o PL 2633/2020 (que facilita regularizações fundiárias), aprovado esta semana na Câmara dos Deputados”, ressalta a gestora ambiental do Greenpeace Brasil, Cristiane Mazzetti, referindo-se ao projeto de lei denominado PL da Grilagem que segue para o Senado.

Teatralmente, para enfrentar o problema às vésperas da COP 26, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que acontecerá em novembro, o presidente anti-indígena editou o decreto Garantia da Lei e da Ordem em que destina R\$ 50 milhões pra atuação das Forças Armadas no combate ao desmatamento entre 28 de junho e 31 de agosto em municípios do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Pará, em áreas da União, como territórios de povos originários, por exemplo, o que poderá causar mais conflitos e não soluções. A previsão seria de uma redução de 10 a 12% do desmatamento. Desde 2019 foram autorizadas duas operações militares com o mesmo fim, as chamadas Verde Brasil 1 e 2.

Facções criminosas e ineficiência – “Em primeiro lugar, essa não é função das Forças Armadas”, ressalta Toya Manchineri, assessor político da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que é uma das organizações regionais da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “Segundo, não vemos nenhum efeito nesse tipo de operação. O bom seria que esses recursos com homens do Exército para combater ilícitos fossem destinados à Funai (Fundação Nacional do Índio) para a demarcação dos territórios indígenas que aguardam para serem demarcados”.

Toya Manchineri ressalta que se gasta muito dinheiro em operações ineficientes e invasores continuam nos territórios indígenas. “Temos um exemplo grande, inclusive com facções criminosas atirando contra comunidades, apoiando garimpeiros, que é o caso dos Yanomami. É um caso que traz toda essa questão de não efetividade das atividades do Exército dentro dos territórios indígenas. Tanto em relação ao desmatamento como da mineração. Se realmente quisesse combater ilícitos o governo estaria fortalecendo o ICMBio e Ibama. Teríamos aí duas questões: os recursos seriam bem empregados nas demarcações e fortaleceriam as duas instituições”.

O assessor da Apib se refere ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, órgãos de fiscalização e controle das questões relacionadas ao



O garimpo avança de modo devastador na Terra Indígena Munduruku, impactando o povo, os rios e a floresta

desmatamento, tanto em territórios indígenas como em unidades de conservação.

Ilusões no orçamento da Funai – Nenhuma terra indígena foi identificada, declarada para fins de demarcação ou teve demarcação homologada em 2019 e 2020 e se investe cada dia mais no desmantelamento do Estado. Isso fica claro no Balanço Semestral do Orçamento Geral da União, de janeiro a junho de 2021, publicado neste 19 de julho pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) que analisa, entre outras, a execução financeira do principal programa finalístico do órgão, “0617 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”. A dotação autorizada para esse programa é quase 25% maior do que de 2020, chegando a R\$ 121,9 milhões, porém, o ritmo de gastos está mais lento ainda do que no ano passado. O valor empenhado neste primeiro semestre teve cerca de R\$ 6 milhões a menos do que o mesmo período de 2020.

Cabide de emprego aliado a ruralistas – Em outro estudo, sobre o orçamento de 2020, o Inesc ainda acentua a defasagem do quadro de funcionários da Funai, que atua com 2.071 profissionais (1.717 efetivos), com 2.300 cargos vagos, por conta de aposentadorias, por exemplo. Além disso, critica o aparelhamento da instituição, com atribuição de cargos de chefia para militares e policiais federais aliados a ruralistas e sem experiência.

O Inesc ressalta que a lentidão dos investimentos em políticas públicas destinadas aos povos indígenas contrasta com a intensidade dos ataques no mesmo primeiro semestre deste ano, seja por meio de invasões dos territórios como pelos numerosos projetos de lei em tramitação no Congresso que visam desmontar os direitos constitucionalmente garantidos. “Como alerta a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a violência no campo alcançou número recorde registrado pela organização desde 1985. Em 2021, os ataques seguiram se multiplicando”, afirma o documento que conclui que a intensão do Parlamento se evidencia tentativas de não apenas emperrar demarcações, mas acabar com a possibilidade da existência das terras indígenas, inclusive as já demarcadas.

“O caso da Coordenação Regional Tapajós (PA) é emblemático: a unidade da Funai responsável por atender as comunidades indígenas do Médio Tapajós não executou nada no primeiro semestre de 2021 na ação orçamentária 2OUF – Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados”, tendo empenhado apenas R\$ 11.063,58. No mesmo período as comunidades sofreram diversos ataques violentos por grupos invasores, que incluíram incêndios criminosos a casas de lideranças e ataque ao ônibus que transportaria uma delegação Munduruku para Brasília (Acampamento Levante pela Terra, em junho). A falta de gastos em fiscalização por parte do principal órgão indigenista em um contexto como este indica ao menos conivência com a situação”, enfatiza a análise deste primeiro semestre do ano.

17 ministérios unidos derrubam números – É fácil entender que militares na Amazônia para combate ao desmatamento são uma falácia de Jair Bolsonaro. Basta comparar com ações que tiveram reflexos nos índices do Inpe. Em 2004, quando o desmatamento estava no pico de 27.772 km², o

governo federal criou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), com concepção e execução por 17 ministérios, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e liderado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). As ações passaram a fazer parte das prioridades do Plano Plurianual (PPA) para políticas públicas do governo federal entre 2012 e 2015. Com metas claras: ordenamento fundiário e territorial, monitoramento e controle ambiental, com fomento a atividades produtivas sustentáveis.

No Dia da Amazônia, em 5 de setembro de 2014, o MMA celebrou 80% de redução do desmatamento na Amazônia Legal. O ritmo decrescente teve em 2012 e 2013 o primeiro e segundo menores índices em 26 anos. “Parecia impossível reduzir o desmatamento”, disse a gerente de Projeto do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, Juliana Simões. Os 27.772 km² haviam caído para 4.571 km² e 5.843 km².

Conjunto de medidas para mudança na tendência de curva

Para se ter resultados são necessárias estratégias e não falácias. No período em que a curva do desmatamento desmoronou foram feitos acordos setoriais, inclusive com compromissos necessariamente assumidos pelo agronegócio, o que não afetou safras nem lucros das empresas produtoras:

Fiscalização – Em 2004, o sistema de Detecção de Desmatamento na Amazônia em Tempo Real (Deter) passou a oferecer mensalmente imagens de satélites de áreas desmatadas na Amazônia Legal. Essas informações passaram a ser diárias em 2012, com capacidade de detectar derrubadas da floresta a partir de 25 hectares. Para 2015, com a tecnologia Deter Awifs, capaz de auxiliar a fiscalização onde houver cortes rasos a partir de três hectares.

Unidades de Conservação – Foram criadas novas UCs em mais de 50 milhões de hectares, principalmente em áreas de expansão de desmatamento.

Terras indígenas – Foram demarcados mais de 10 milhões de hectares de terras indígenas, que comprovadamente têm números de desmatamento significativamente menores.

Política de crédito rural – A Resolução 3545/2008 do Banco Central condicionou regularidade ambiental e fundiária ao financiamento agropecuário no bioma Amazônia.

Política Nacional sobre Mudança do Clima – A Lei 12.187/2009 estabeleceu o compromisso voluntário do Brasil de reduzir entre 36,1% a 38,9% das emissões de gases de efeito estufa projetados até 2020. Somente com a redução do desmatamento, em 2014 o país havia atingido 60% dessa meta.

Regulamentação da PNMC – O Decreto 7390/2010 estabeleceu a redução de 80% dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal, em relação à média verificada entre 1996 e 2005.

Fundo Amazônia – Foi criado em 2008, para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promoção da conservação e uso sustentável de florestas no bioma Amazônia. Já financiou R\$ 869 milhões em 55 projetos. Outros 34 estão atualmente em tramitação, que somam mais R\$ 658 milhões.

Produtividade na agricultura – A ciência contribuiu com o aumento da produtividade da agricultura brasileira, promovendo o crescimento das safras sem necessidade de novas áreas de plantio.

Moratória da soja – Acordos entre governos, empresas, organizações não-governamentais e Ministério Público resultaram no compromisso de que a soja cultivada em áreas desmatadas a partir de julho de 2006 não pode ser comercializada nem financiada.

Moratória da carne – A partir de 2009, parcerias entre governos, empresas, organizações não-governamentais e Ministério Público negociaram acordos para regularização ambiental do setor pecuário. ♦

*Esta reportagem é parte da série sobre garimpos, desmatamento e invasões a territórios indígenas realizada em parceria entre o Jornal Brasil Popular e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

ANTÔNIO
EDUARDO DE
OLIVEIRA



“O balanço que fazemos do Acampamento Levante pela Terra (ALT) é positivo. Começou sem grandes pretensões e passou a ser uma denúncia aos ataques contra todos os indígenas. Ao mesmo tempo, expressou a resistência desses povos que estavam encurralados devido a covid-19”

“Pelo menos 300 parlamentares são anti-indígenas”, avalia Cimi

Em entrevista para o Jornal Brasil Popular, Eduardo de Oliveira, secretário executivo do Cimi, revela o número de deputados federais e senadores anti-indígenas

Por **Cristina Ávila**, *Jornal Brasil Popular/DF, em parceria com o Cimi**

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Eduardo de Oliveira, cita nomes e números relacionados a deputados e senadores eleitos com financiamento do agronegócio, além de apontar ministros e autoridades que promovem destruição da Amazônia e violências contra povos originários, representadas na atual conjuntura pela tramitação do Projeto de Lei 490 na Câmara Federal. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), esse PL pretende abrir as terras indígenas para exploração econômica predatória e na prática inviabiliza demarcações. Ilegalmente, integrantes das bancadas da bíblia, bala, mineradoras, empreiteiras e ruralistas estão dispostos a eliminar cláusulas pétreas da Constituição Federal – o termo retira o “poder constituinte reformador”, ou seja, proíbe parlamentares que compõem as sucessivas legislaturas de alterar o que somente poderia ser modificado se fosse promulgada uma nova Constituição – o que inclui direitos indígenas sobre territórios, organização social e tradições.

Parlamentares anti-indígenas rechaçam o diálogo com caciques e responderam à sua presença na Câmara Federal com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha lançadas pela polícia legislativa, em 22 de junho. Expressão de arrogância, autoritarismo e desumanidade em favor da ganância sobre recursos naturais do povo brasileiro. Avançam garimpos, grilagens de terras públicas e ataques de morte contra índios. Presentes em Brasília desde o dia 8 de junho, os índios foram intimidados nos dias 8 e 9,

pela Polícia Militar do Distrito Federal, na tentativa de impedir o Acampamento Levante pela Terra (ALT), que permaneceu por três semanas ao lado do Teatro Nacional.

No dia 16 do mesmo mês, também enfrentaram policiais armados e bombas quando tentaram negociar com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier. Cerca de 850 homens, mulheres, velhos e crianças resistiram bravamente. Todos os dias cumpriram caminhadas de três quilômetros de ida em sol quente e mais três de volta, até o Congresso Nacional. Tarefa de guerreiros, com seus gritos de guerra, que deveriam ser apenas os 70 Guarani e Kaingang chegados da região Sul para os protestos, mas logo tiveram adesões de todas as regiões do país. Hoje, apenas líderes permanecem na capital, mas voltarão em massa em agosto para acompanhar julgamento decisivo que acontecerá no Supremo Tribunal Federal (STF). Confira a entrevista:

Jornal Brasil Popular – Os povos indígenas foram destaque nas mídias nacionais e internacionais nas manifestações em Brasília. Qual o balanço que o Cimi faz desse Levante pela Terra?

Eduardo de Oliveira – O balanço que fazemos do Acampamento Levante pela Terra (ALT) é positivo. Começou sem grandes pretensões apenas com o objetivo de acompanhar o julgamento do recurso extraordinário que estava previsto para acontecer no Supremo Tribunal Federal no dia 11 de junho e também o acompanhamento ao PL 490 que estava tramitando na CCJ da Câmara dos Deputados. No início eram apenas 70 Kaingang e Guarani, oriundos da

região Sul, mas tiveram adesão de vários povos indígenas do Brasil que passaram a vir para Brasília. Passou a ser uma denúncia aos ataques contra todos os indígenas. Ao mesmo tempo, expressou a resistência desses povos que estavam encurralados devido a covid-19.

JBP – Como foram as negociações para se montar o acampamento? Houve dificuldades políticas com o GDF, por exemplo?

EdeO – A polícia foi ao acampamento para impedir que os índios ficassem acampados. Foram, então, acionados deputados, advogados, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), para que negociassem a permanência, até de forma provisória. Isso aconteceu de 7 para 8 de junho e depois no dia 9 de junho quando a polícia novamente esteve lá para tentar retirar os indígenas.

JBP – Qual foi a agenda política cumprida pelos indígenas do ALT?

EdeO – Os índios definiram a agenda para acompanhamento da tramitação do PL 490 na CCJ. Todos os dias, eles fizeram caminhada de três quilômetros do acampamento ao lado Teatro Nacional à Câmara Federal (anexo II) e lá por meio de cantos, manifestações culturais, rituais, falas e entrevistas expressaram sua contrariedade ao projeto de lei, ressaltando a sua inconstitucionalidade e efeitos maléficos, em especial para a demarcação de seus territórios. Também estiveram na Funai; eles querem a exoneração do presidente Marcelo Xavier. Claro que não foram recebidos, pois a polícia estava lá para



recepção-los e foram rechaçados. Também cumpriram agenda junto ao STF dando apoio ao Supremo Tribunal Federal no julgamento de repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 (que também tem influência sobre demarcação de territórios), importante para a reafirmação dos direitos indígenas na Constituição Federal. Essa agenda política foi extremamente importante porque coloca para a sociedade todo o ataque que têm sofrido os povos indígenas por parte do Executivo, Legislativo e Judiciário. Expressaram também a necessidade da luta e o apoio da sociedade nacional e internacional em favor de direitos que são de todo o povo brasileiro, especialmente a pauta ambiental para o Brasil e o planeta.

JBP – Houve uma derrota na CCJ da Câmara dos Deputados com a aprovação do PL 490/2007, que terminou após uma batalha de requerimentos e questões regimentais. Como o Cimi analisa esta derrota?

EdeO – A votação pela admissibilidade da constitucionalidade do PL 490 na CCJ já era esperada devido à composição da comissão, a maioria formada por deputados vinculados ao agronegócio e à mineração e totalmente anti-indígena. Mas, foram surpreendidos com a mobilização e a resistência dos povos indígenas e também a forma como foi colocada para a sociedade nacional e internacional, principalmente a maneira como o governo tem agido, de forma truculenta e desumana. O acampamento está ciente das responsabilidades que os povos indígenas e movimentos sociais têm de tentar barrar a votação no plenário da Câmara Federal. Todos nós temos certeza dos desafios a serem enfrentados principalmente porque o atual governo tem voto suficiente para passar o PL 460 no plenário. Mas a luta vai continuar.

JBP – Quais as chances de vitória? E como segue a mobilização indígena?

EdeO – Se passar na Câmara e no Senado existe a possibilidade de se entrar no STF com uma ação de inconstitucionalidade. Mas os indígenas e os movimentos sociais apoiadores estão conscientes, não se abrirá mão do direito conquistado com muita luta na Constituição Federal. Portanto, trabalhamos com essa possibilidade de não ser aprovado na Câmara e Senado, apesar de termos certezas dos desafios a serem enfrentados. O acampamento continua, mas, agora, a partir de outro formato. Permanecerá uma comissão que irá monitorar o andamento do PL 490 até 17 de junho. Depois do recesso no parlamento, o acampamento retorna de forma mais massiva no mês de agosto para dar continuidade ao acompanhamento da tramitação do PL 490 e do julgamento do recurso extraordinário que tem a característica de repercussão geral e vai fortalecer os direitos indígenas na Constituição, reafirmando-os.

JBP – Como segue a política em Brasília?

EdeO – O governo Bolsonaro conseguiu reorganizar uma bancada de apoio contrária aos direitos sociais da população brasileira e o intento principal é o desmonte do Estado brasileiro. Isso tem sido visibilizado a cada dia quando o presidente fala e pratica ações contra esses direitos sociais conquistados principalmente na Constituição Federal, na pós-ditadura militar. Com relação aos direitos indígenas, a sua retirada é prioridade para o governo. Bolsonaro tem falado que não reconhece os povos indígenas, não reconhece territórios e os trata como animais em zoológico, pregando a reintegração. Para tanto tem apoio de setores reacionários da sociedade brasileira, principalmente nos estados do Sul e Centro-Oeste.

JBP – Pode citar alguns nomes?

EdeO – Heinze e Alceu Moreira são lideranças importantes nesta pauta, ambos do Rio Grande do Sul. No Mato Grosso, tem o Nelson Barbudo. Na Bahia, o deputado Arthur Maia. E muitos outros. Eles são respaldados no Executivo pela ministra Tereza Cristina, o secretário de Assuntos Fundiários Nabhan Garcia, o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Sales e a própria secretaria de Governo (Flávia Arruda), sem falar na postura do próprio presidente. Todo o governo está organizado para dar sustentação a essa pauta de desmonte do Estado brasileiro. O balanço não é bom. Eles têm conse-

guido retirar muitos dos direitos da população brasileira, têm conseguido seus intentos. Na educação, política agrária, saúde, mais de 500 mil mortos e o governo em postura negacionista. Com relação aos índios, cortaram completamente o diálogo. Qualquer tipo de iniciativa é colocada a polícia ou a milícia ou o Judiciário com a criminalização de lideranças, para conter reivindicações. Isso respaldado pelo Congresso e Executivo. A única alternativa ainda é o Judiciário, que tem resguardado direitos.

(Notas do JBP: O “Congresso Anti-Indígena”, levantamento publicado pelo Cimi em setembro de 2018, sobre “Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos dos povos indígenas”, registra que de 33 proposições anti-indígenas apuradas em tramitação na Câmara e Senado, 17 buscam alteração nos processos de demarcações de terras. Entre eles, há oito que sustentam portarias declaratórias que estabelecem a ocupação tradicional de territórios reivindicados. Cinco dessas foram propostas por deputados gaúchos: Alceu Moreira (PMDB/RS), uma proposição; Jerônimo Goergen (PP/RS), duas das proposições; e Luís Carlos Heinze (PP/RS), duas das proposições.

Na publicação do Cimi o senador Heinze, então deputado federal, eleito “Racista do Ano” em 2017 pela Survival Internacional, ocupa o segundo lugar na preferência de financiamento de empresas do agronegócio (R\$ 1.668.200,00). Em primeiro, estava a também deputada federal (então

“O A conjuntura política no Brasil é uma das piores já vivenciadas pela população brasileira. O atual governo é considerado um dos piores do mundo. Um governo da morte. Obscurantismo, negacionismo, destruição. E se vangloriam dessa postura política ideológica com relação aos direitos, com relação à própria concepção do que é ser um político, um administrador, uma postura totalmente contrária aos direitos da população brasileira”

PSB/MS) hoje ministra Tereza Cristina (R\$ 2.689.800,00). O documento registra que somente as indústrias JBS e BRF, companhias de alimentos processados, somavam R\$ 2,148 milhões destinados aos cinco principais políticos com proposições anti-indígenas: Adilton Sachetti (PSB/MT), Jerônimo Goergen (PSDB/RS), Luiz Carlotz Heinze (PP/RS), Nícias Ribeiro (PMDB/PA) e Paulo Bauer (PSDB/SC). O agronegócio atuou com um investimento de R\$ 33.644.864,63 nas campanhas dos 50 políticos mapeados na publicação.)

JBP – A lista é extensa...

EdeO – Aumentou o número de deputados contrários aos direitos indígenas. Nessa legislatura chega a mais de 300, que se juntaram contra os índios, na Câmara e Senado. A lista que fizemos em 2014 (eleitos naquele ano) talvez tenha que ser atualizada pelo aumento desses setores no parlamento contra os direitos indígenas e da população brasileira em relação às conquistas sociais.

JBP – Quanto ao Judiciário, então há algo a se comemorar?

EdeO – O Poder Judiciário tem sido o único Poder da República nesta conjuntura que tem recepcionado o diálogo e direitos dos povos indígenas. Constantemente tem se dirigido para salvaguardar esses direitos. Mas existem diferenças. Na primeira instância, nas regiões, padece da influência de políticas e políticos locais. Portanto, volta e meia tomam-se decisões desfavoráveis. Mas quando chega na segunda, os tribunais têm conseguido reverter muitas decisões contrárias aos povos indígenas. Temos no momento, na terceira instância, o STF, a discussão maior em relação aos direitos que têm sido recepcionada pela metade da

composição do STF. É claro que tem ministros contrários e que articulam o STF contra os direitos indígenas. Isso tem sido claro na atuação do ministro Gilmar Mendes, que é totalmente contrário a esses direitos dos povos indígenas. Outros ministros têm se colocado à disposição do diálogo ao mesmo tempo discutindo posturas que tem sido alvo de reformas. Alguns posicionamentos têm sido bastante favoráveis aos povos indígenas. Portanto, o Judiciário nessa conjuntura tem tido posição que podemos considerar positiva com relação a assegurar direitos.

JBP – E o Ministério Público Federal, tem cumprido seu papel?

EdeO – O Ministério Público Federal tem sua arguição principal no sentido da defesa dos direitos, e os indígenas se referem a ele sempre como parceiros. Não tem faltado esse apoio. Algumas medidas que o Executivo tem tomado, no caso a Funai, com as instruções normativas, as resoluções desfavoráveis, o MP tem oferecido denúncias, ao mesmo tempo em que move ações contrárias a essas medidas. É claro que também houve retrocesso na Procuradoria-Geral da República. O atual procurador (Antônio Augusto Aras) é um defensor da política do Governo Bolsonaro e tem se colocado de forma bastante dúbia e acomodada em relação à defesa dos direitos garantidos na Constituição. Aí se verifica a intenção de fazer lobby, juntar o governo para haver indicação à vaga no STF. Mas o MPF nos estados e na 6ª Câmara (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) em Brasília, avaliamos de forma positiva. Apesar da atual conjuntura, extremamente restritiva, violenta e reacionária.

JBP – Qual a sua avaliação da atual conjuntura, com as máscaras de Bolsonaro e de seus aliados caindo, inclusive por conta da CPI da Pandemia, 500 mil mortos. Que tipo de mudanças pode ser projetadas para o futuro do país?

EdeO – A conjuntura política no Brasil é uma das piores já vivenciadas pela população brasileira. O atual governo é considerado um dos piores do mundo. Um governo da morte. Obscurantismo, negacionismo, destruição. E se vangloriam dessa postura política ideológica com relação aos direitos, com relação à própria concepção do que é ser um político, um administrador, uma postura totalmente contrária aos direitos da população brasileira. Nesse sentido, incrementam a política de destruição e desestruturação do Estado, como máxima, a priorização de uma elite econômica e política e das suas milícias. Num primeiro momento isso foi bastante visível quando a população recuou, inclusive com medo desse grupo, e aí veio a pandemia, eles se aproveitaram para continuar, pois não teve como o povo sair pra mobilizações, ou seja, foi tirada a voz do povo. Aproveitaram, como disse o ex-ministro, para passar a boiada. Mas, felizmente o povo está começando a sair, acordar, da letargia, do comodismo que favorecia esse tipo de governo. Temos a possibilidade de mudança a partir da mobilização popular, envolver todo o campo brasileiro inclusive os povos indígenas, que também começam a sair, vacinados com a segunda dose de proteção contra o covid-19.

JBP – Movimento pelo impeachment?

EdeO – Não apenas fora Bolsonaro. Esse governo traz projeto de morte. É visível em 516 mil mortes, em que o governo continua com postura de acinte frente à pandemia, com despreparo, fazendo chantagem política, colocando a economia como base principal, indo contra o uso de máscara, indiferente à aglomeração, às medidas restritivas nos estados e municípios. Ao mesmo tempo em que privilegia elites, principalmente as elites agrárias. Claro que retirar Bolsonaro não será o suficiente. É necessário repensar toda nossa postura política daqui por diante. Não podemos ficar acomodados com retirada de Bolsonaro. Terá que ser feito um trabalho de limpeza, de recuperação inclusive da nossa afirmação enquanto povo, pessoas, grupos sociais, comunidades. Essas filosofias têm destruído isso. É um trabalho de reconstrução que precisa ser feito.

*Esta reportagem é parte da série sobre garimpos, desmatamento e invasões a territórios indígenas realizada em parceria entre o Jornal Brasil Popular e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Certificação de propriedades avança sobre terras indígenas no Maranhão

Sob o governo Bolsonaro, ao menos 83 propriedades foram certificadas sobre terras indígenas no estado, favorecendo empresas, grandes proprietários e fomentando conflitos

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No Maranhão, povos que aguardam há décadas a demarcação de suas terras tradicionais viram, nos últimos anos, a pressão de fazendeiros e empresários sobre seus territórios aumentar consideravelmente, facilitada por medidas do governo federal. Entre 2019 e o final de 2020, 83 propriedades privadas foram certificadas sobre terras indígenas no estado.

As certificações, feitas por meio do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Inbra, atingem as Terras Indígenas (TIs) Bacurizinho, do povo Guajajara, Kanela Memortumré, do povo de mesmo nome, e Porquinhos, do povo Apãjekra Canela. Todas elas foram obtidas por empresas e fazendeiros durante o governo de Jair Bolsonaro.

A maioria destas certificações, 52, ocorreu após a publicação da Instrução Normativa (IN) 09 pela Fundação Nacional do Índio (Funai), no dia 22 de abril de 2020. Cerca de um terço das propriedades foi certificada no dia ou nas semanas imediatamente posteriores à publicação da medida, que liberou o reconhecimento de imóveis privados sobre terras indígenas ainda não homologadas. Os dados foram obtidos cruzando a base pública do Sigef com a base cartográfica da Funai.

Demarcadas com uma área menor do que a reivindicada pelos indígenas na década de 1980, as TIs Bacurizinho, Kanela Memortumré e Porquinhos dos Apãjekra Canela passam por processos de revisão de limites. Localizadas no Cerrado maranhense, elas formam um mosaico de territórios vizinhos, limitados entre si. As certificações sobrepõem-se apenas às áreas em revisão, ainda não regularizadas.

Até o final de 2020, foram 35 certificações aprovadas sobre a TI Porquinhos, 16 delas após a IN 09; 26 sobre a TI Bacurizinho, 20 das quais após a normativa; nove sobre a TI Kanela Memortumré, todas após a IN 09; e outras 13 que se sobrepõem a ambas as TIs Kanela Porquinhos e Kanela Memortumré, sete das quais aprovadas após a IN 09.

Tomadas em conjunto, quase metade da área não regularizada das três terras indígenas está sobreposta por fazendas certificadas pelo Inbra: são 171 mil hectares de sobreposição ao todo. A área total das três terras indígenas, excluídas as porções já regularizadas, soma aproximadamente 373 mil hectares.

Estagnação e retrocesso

As novas demarcações das TIs Bacurizinho, com 51 mil hectares, e Porquinhos dos Canela Apãjekra, com 222 mil hectares, já possuem Portaria Declaratória expedida pelo Ministério de Justiça e se encontram, portanto, em fase avançada de demarcação; a TI Memortumré Kanela, com 100 mil hectares, encontra-se identificada e delimitada, numa fase anterior às outras duas TIs.

Quase uma década, entretanto, separa o atual momento do último avanço administrativo na demarcação destas terras indígenas: a movimentação mais recente ocorreu em 2012, quando o relatório da TI Kanela foi publicado pela Funai. A estagnação só foi interrompida por retrocessos – tanto administrativos quanto judiciais.

Desde 2014, a portaria declaratória da TI Porquinhos encontra-se anulada por decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Os Apãjekra Canela recorrem da decisão, que ainda não transitou em julgado e foi baseada na tese do marco temporal e em condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, contrariando jurisprudência da própria Corte.

“A anulação da portaria declaratória ocorreu com base num processo eivado de nulidades. A comunidade indígena, que é a principal interessada, não foi citada no processo,



Placa na entrada de uma fazenda na TI Porquinhos dos Canela Apãjekra, a mais afetada pela certificação de propriedades privadas no Maranhão

Quase metade da área não regularizada das três terras indígenas está sobreposta por fazendas certificadas pelo Inbra: são 171 mil hectares de sobreposição ao todo. A área total das três terras indígenas, excluídas as porções já regularizadas, soma aproximadamente 373 mil hectares

o que viola um princípio constitucional e processual”, explica Lucimar Carvalho, assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Maranhão.

A demarcação, em décadas passadas, de áreas menores que a reivindicada pelos indígenas e a consequente necessidade de reestudo dessas terras, explica a assessora, se deve aos históricos conflitos fundiários na região – que incluem, no caso da TI Porquinhos, um massacre ocorrido no início do século XX. Nos anos 1910, parte do povo Apãjekra Canela foi dizimado justamente na área que hoje está em processo de demarcação e disputa judicial.

No caso da TI Memortumré Kanela, o retrocesso foi administrativo: em 2019, já sob o governo Bolsonaro, ela foi uma das 27 terras indígenas que aguardavam a emissão da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e foram devolvidas à Funai pelo então ministro Sérgio Moro, para averiguações com base na tese do marco temporal.

“Há uma grande má vontade política para dar continuidade a essas demarcações, que se arrastam por anos. Essas certificações são uma coisa muito trágica, porque exacerbam uma situação de conflito que é histórica naquela região. A normativa acentua os conflitos e demonstra mais ainda a vulnerabilidade desses povos”, afirma Lucimar.

“Esses particulares, empresas, latifundiários e fazendeiros que estão conseguindo certificar as propriedades vão se assegurando mais ainda nessa região, e começam a fazer um processo tremendo de devastação naquela área para as grandes plantações, com destaque para a soja. Foi isso que a gente observou numa viagem a campo

feita recentemente. É uma violência legalizada contra os direitos desses povos indígenas, praticada pelo órgão que deveria exercer sua proteção”, avalia.

Além da destruição do território, Olímpio Apãjekra Canela, liderança da TI Porquinhos, preocupa-se também com a falta de espaço para seu povo e suas práticas tradicionais, à medida que a população aumenta e as áreas preservadas diminuem.

“Nós que somos os donos [da terra], nós que somos o cimento, a raiz. E o branco quer tomar conta de nosso território. Eu tô pedindo para demarcar nosso território, porque nós precisamos. Nossa população já está aumentando. Temos netos, filhos, bisnetos, e nesse território que estamos morando é muito pequeno”, reivindica Olímpio.

O indígena lamenta a situação da região da aldeia Travessia, onde ocorreu o massacre que marcou o povo Apãjekra Canela no início do século XX. A área foi excluída da primeira demarcação da TI Porquinhos, mas graças à mobilização dos indígenas, consta da nova demarcação.

“Ali na Travessia diz que eles já têm campo, já acabaram todo o Cerrado lá, o pé de bacuri, o pé de buriti, o pé de cocunã”, relata a liderança. “O governo não quer ajudar os povos indígenas. A empresa diz que é dona, mas não é. Nós que somos donos desse lugar, onde massacraram nosso bisavô”.

Empresas e grandes propriedades

Segundo dados do Sigef, as propriedades certificadas com sobreposição total ou parcial às três TIs do Cerrado maranhense somam um TOTAL de 185 mil hectares e pertencem a 57 proprietários. Apenas dez destes proprietários detêm sozinhos, contudo, mais da metade dessa área.

Com 21,7 mil hectares distribuídos em oito propriedades contínuas, a fazenda Faedo é o maior imóvel sobreposto a terras indígenas no Maranhão. As certificações da fazenda, que incidem sobre as TIs Porquinhos e Kanela Memortumré, foram todas obtidas ainda em novembro de 2019 – antes da publicação da IN 09 pela Funai.

Também chama atenção a quantidade e a área das propriedades privadas certificadas por empresas, princi-

Foto: Cimi Regional Maranhão

palmente do agronegócio, sobre as terras dos povos Kanela e Guajajara. Cinco empresas obtiveram 11 certificações que cobrem, ao todo, 32 mil hectares dessas terras indígenas.

A maior parte dessa área pertence às empresas Genesisagro S/A, Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar) e Coppersteel Bimetálicos. Segundo a Receita Federal, a Genesisagro, sediada em São Paulo, tem suas atividades principais voltadas à agropecuária e à extração de madeira e declarou possuir um capital social de R\$ 97,4 milhões.

A Fergumar, com capital social de R\$ 37,4 milhões declarado ao Fisco, pratica o beneficiamento de minério de ferro e o comércio de produtos como soja, açúcar e cacau. A Coppersteel, com sede em Campinas (SP), atua na fabricação de fios, cabos e condutores elétricos. Além destas três, as empresas Formosa Agroflorestal e Agro Serra Industrial também obtiveram a certificação de fazendas sobre as TIs Porquinhos e Memortumré Kanela.

No Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), outra base de dados do Incra voltada ao cadastro de imóveis rurais, a Agro Serra Industrial figura como uma grande proprietária de terras. A empresa, que declara atuar na fabricação de álcool e no cultivo de grãos, entre outras atividades, possui oito imóveis Maranhão, os quais somam mais de 100 mil hectares.

Os imóveis, conforme a legislação rural, podem ser compostos de várias matrículas ou “parcelas”. São essas parcelas que o Sigef certifica, e que estão sempre vinculadas a um imóvel cadastrado no SNCR. Ao contrário do Sigef, o SNCR não é georreferenciado – ou seja, não é possível visualizar os imóveis rurais cadastrados em mapas.

Este mesmo sistema do Incra indica que a Genesisagro S/A, que certificou 9 mil hectares sobre as TIs Bacurizinho e Porquinhos, também possui grande extensão de terras no estado, com 18 imóveis que somam mais de 35 mil hectares. A Fergumar e a Coppersteel Bimetálicos possuem, cada uma, mais de 15 mil hectares de terras maranhenses, ainda segundo o cadastro.

Terra disputada

Uma breve sucessão de eventos registrada na base pública do Sigef ilustra algumas das disputas e dos impasses gerados pela normativa da Funai.

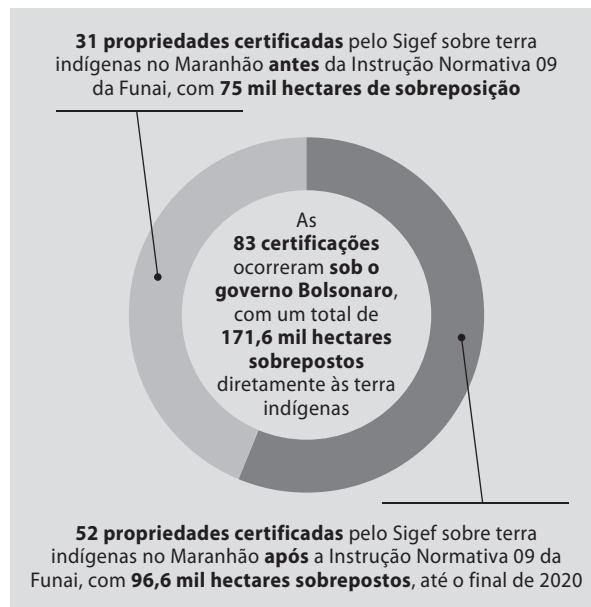
A maior área certificada por uma empresa sobre as terras indígenas do Maranhão pertence à Agropecuária e Reflorestamento Serra Grande, voltada ao cultivo de eucalipto, segundo seu registro na Receita Federal. A empresa obteve cinco certificações sobrepostas à TI Porquinhos entre 2019 e março de 2020, com um total de 21,7 mil hectares.

Em dezembro de 2020, no entanto, o Incra identificou irregularidades e cancelou as certificações da empresa que incidiam sobre a terra indígena. Segundo o órgão, as certificações foram canceladas porque uma única matrícula de imóvel foi certificada em cinco diferentes propriedades. “Houve um desmembramento antes da certificação e confirmação de registro da área total”, informa o processo na página do Incra.

As parcelas canceladas também possuíam o mesmo código

Propriedades certificadas sobre terras indígenas no Maranhão

Certificações de imóveis particulares atingiram as terras indígenas Bacurizinho, Porquinhos dos Canela Apãnjekra e Canela Memortumré, em processo de demarcação



Certificações registradas até o final de 2020 na base de dados do Sigef/Incra
Gráfico: Cimi

de imóvel rural, identificado no SNCR como “Fazenda Serra Grande” e cadastrado neste outro sistema com uma área 30% maior do que a soma das parcelas sobrepostas à terra indígena: 29 mil hectares.

Algumas das parcelas certificadas pela agropecuária eram distantes entre si. É comum que um imóvel seja composto de mais de uma parcela ou matrícula, mas, segundo o Estatuto da Terra e o próprio Incra, um imóvel rural é uma área “de terras contínuas” de um mesmo proprietário.

A disputa é intensa: apenas um dia depois das parcelas serem canceladas, outra propriedade, com 991 hectares, foi certificada sobre uma das áreas antes reivindicadas pela agropecuária – e, conseqüentemente, sobre a terra tradicional dos Kanela Apãnjekra.

Estradas, soja e carvão

Sobre o rio Mearim, que limita a nova demarcação da TI Bacurizinho a oeste, uma placa avisa que uma ponte de concreto armado está sendo construída pela prefeitura de Grajaú. Abaixo, logotipos das empresas Suzano, AgroFutura, Genesisagro e Faedo indicam as parceiras da prefeitura municipal na construção. As duas últimas possuem grandes áreas certificadas recentemente sobre as TIs Bacurizinho, Porquinhos e Kanela (no caso da Faedo, o detentor das certificações é o proprietário da empresa).

A ponte de concreto servirá para melhorar a infraestrutura de uma rede de estradas que cruza as TIs Bacurizinho,

Porquinhos e Kanela e é utilizada pelas empresas e fazendeiros para escoar a produção de soja feita dentro da porção não regularizada dessas áreas, explica Gilderlan Rodrigues, coordenador do Cimi Maranhão.

“Essas estradas já estão sendo pavimentadas e interligam toda a região, formando um anel da soja, com beneficiamento pelas prefeituras de Grajaú, Fernando Falcão, Formosa. Elas já garantem o fluxo de caminhões que transportam a soja, passando por essas propriedades que avançam cada vez mais, destruindo o Cerrado”, explica.

“Essas propriedades acabam trazendo consigo esses projetos de infraestrutura, para garantir que a soja seja transportada sem nenhum problema até o porto em São Luís, de onde sai para outros destinos”, prossegue Gilderlan.

A placa da obra foi fotografada pela equipe do Cimi Regional Maranhão em incursão aos três territórios afetados pela IN 09, realizada em novembro de 2020. O regional percorreu e fotografou algumas das estradas que cortam as terras indígenas e conectam as fazendas certificadas sobre elas pelo governo federal.

Esta rede liga-se, também, a uma estrada que atravessa a área regularizada da TI Kanela e vem sendo denunciada pelos Kanela Memortumré devido ao alto fluxo de veículos em meio a suas aldeias, agravado durante a pandemia.

“Os indígenas têm visto com muita preocupação a instalação dessas empresas no entorno e dentro do seu território em processo de demarcação, porque elas desmatam as cabeceiras dos riachos, tratam as plantações com veneno, e tudo isso afeta as vidas dos povos. Além disso, áreas que são de caçada, de uso histórico desses povos, acabam sendo destruídas. Sem contar que eles ficam ilhados”, relata Gilderlan.

Ele destaca que a presença desses empreendimentos foi potencializada pelo Matopiba, projeto federal de expansão da fronteira agrícola que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e atinge especialmente o Cerrado.

“Esse bioma predomina em 65% do território maranhense e possui uma riqueza de biodiversidade, ecossistemas, além dos saberes dos povos e comunidades do Cerrado. Com o Matopiba, muitas empresas foram chegando, se instalando e destruindo o Cerrado para a plantação da soja. Essa expansão do agronegócio muda a dinâmica do ambiente e da vida das pessoas, trazendo desequilíbrio econômico, social e ecológico”, avalia.

A equipe do Cimi Regional Maranhão também identificou, durante a incursão, carvoarias em plena atividade na área em processo de demarcação da TI Bacurizinho. O carvão é utilizado, especialmente, no beneficiamento do minério de ferro para a produção de ferro-gusa, utilizado na fabricação do aço.

A Fergumar, que certificou três propriedades com um total de 10 mil hectares sobrepostos à TI Porquinhos, é uma das principais produtoras de ferro-gusa do estado. Para Gilderlan, além de fornecer carvão às siderúrgicas, as carvoarias cumprem o papel de abrir caminho para a instalação de monocultivos em territórios até então preservados.

“O processo de instalação dessas empresas inicia com as carvoarias, que são responsáveis por limpar o território para depois vir outros plantios, como soja, eucalipto, milho. Então, todo o Cerrado que ali existia você transforma em carvão”, explica o coordenador do Cimi Regional Maranhão.

No caso da TI Porquinhos, a atuação das administrações municipais contra a demarcação do território Kanela foi explícita. A portaria declaratória da terra indígena, publicada em 2009, foi anulada com base numa ação movida pelas prefeituras de Fernando Falcão, Barra do Corda, Formosa da Serra Negra e Grajaú.

“Além das prefeituras, fazendeiros, empresas, deputados, juízes e senadores vêm se mobilizando contra a revisão demarcatória das terras indígenas em prol de interesses privados na região”, salienta Gilderlan.

“O pessoal fazendeiro diz que não quer que demarquem a nossa terra, mas nós temos direito, sim”, criticam Pio Apãnjekra Canela e Antonio logo Apãnjekra, lideranças da TI Porquinhos. “Os fazendeiros vieram morar aqui depois que o Mehin [indígena] já estava dentro da terra”.

“E o Cupen [não indígena] está levando madeira escondida, está levando fogo na nossa reserva que escapa nas matas, está desmatando nosso buriti, está desmatando nossa floresta. Queremos que o governo demarque a terra e o Cupen saia da nossa reserva, senão fica ruim pra nós. Onde que nosso neto vai viver?”, questionam as lideranças. ♦

Terras indígenas afetadas pelas certificações no Maranhão

Propriedades privadas certificadas pelo Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) do Incra sobre terras indígenas no Maranhão até o final de 2020

Terra Indígena	Área em demarcação* (ha)	Certificações sobrepostas** ▼	Área sobreposta (ha)	Área sobreposta (%)
Porquinhos dos Canela-Apãnjekra	221,8mil	48	107,4mil	48%
Bacurizinho	51,5mil	26	29,7mil	58%
Kanela Memortumré	100,3mil	22	34,4mil	34%
Total	373,6mil	83	171,6mil	46%

* Não considera a área já regularizada das TIs, que se encontram em processo de revisão de limites. A base cartográfica utilizada é a disponibilizada pela Funai

** 13 propriedades certificadas pelo Sigef sobrepõem-se, simultaneamente, às TIs Kanela Memortumré e Porquinhos

Fonte: Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - Criado com Datawrapper

Regionais do Cimi reafirmam compromisso com povos indígenas na caminhada rumo aos 50 anos junto às comunidades tradicionais

Encontros dos Regionais do Cimi Mato Grosso, Leste, Norte I e Sul, realizadas entre julho e agosto, denunciam políticas anti-indígenas e reiteram o empenho com a causa dos povos originários

Por Assessoria de Comunicação do Cimi. Com informações dos Regionais

Com o tema “Memória, resistência e testemunho: a caminhada dos 50 anos”, o Cimi Regional Mato Grosso realizou sua 47ª assembleia entre os dias 21 e 23 de julho, de forma virtual, devido à pandemia do coronavírus, com a participação de missionários e missionárias que atuam com indígenas das diferentes regiões do estado.

Na ocasião, o Cimi Regional Mato Grosso pôde reafirmar seu compromisso com a causa indígena e analisar a situação vivenciada pelos povos originários no Brasil, agravada pela pandemia. O Regional denunciou ainda a estratégia de cooptação de lideranças pelos grupos econômicos aliados ao governo federal, as políticas anti-indígenas do poder Executivo e as “tentativas de retrocesso em cláusulas pétreas da Constituição Federal brasileira, por meio de proposições no Congresso Nacional que buscam legitimar a grilagem e a invasão dos territórios”.

O Cimi Mato Grosso também faz memória ao exemplo profético de Dom Pedro Casaldáliga, que faleceu em agosto de 2020 e teve atuação fundamental para a história do regional e da entidade.

“Como organismo eclesial comprometido com os excluídos e excluídas, ao mesmo tempo em que fizemos memória da história do Cimi, elevamos nossas vozes junto ao clamor dos povos que continuam mobilizados, gritando: ‘Nenhuma gota de sangue indígena a mais’”, garante o manifesto final do encontro.

Assembleia Regional Cimi Sul

Entre os dias 21 e 22 de julho, o Regional do Cimi Sul realizou sua 46ª Assembleia, que aconteceu de forma online em razão do contexto da pandemia. A atividade reuniu aliados da causa indígena e lideranças que trouxeram em suas falas a realidade que vivem os povos na antipolítica do governo Bolsonaro e das ofensivas que os projetos anti-indígenas representam para a sociedade brasileira neste momento da história.

Durante a assembleia, Frei Sérgio Görgen, aliado das causas sociais, destacou os impactos da pandemia no país. “O maior orgulho da nossa geração militante era o de ter superado a fome, a primeira geração de infância sem fome na história do Brasil, mas, agora, voltamos a conhecê-la em um país que se vangloria de ser o maior produtor de grãos do mundo”, refletiu.

A liderança indígena Clarice Josivania da Silva, que vive em contexto urbano na Comunidade Pankararu do Real Parque/São Paulo/SP e é Presidente da Associação SOS Pankararu, destacou o papel das mulheres indígenas na luta contra a fome e as ofensivas anti-indígenas.

Já Pedro Henrique da Silva, do povo Pankararé, que também vive em contexto urbano, e que atua como agente de saúde indígena em Guarulhos/SP, falou sobre as dificuldades no contexto da luta e a necessidade do fortalecimento da saúde mental indígena. “Sempre trabalhei como artesão, levava a minha cultura para as escolas, a cultura indígena nordestina que tem no município, e aí veio a pandemia, ficamos parados. Muitos indígenas estão abalados emocionalmente, passaram por muitas dificuldades e não tem respeito da sociedade”, contextualizou.

A liderança indígena Timóteo da Silva Verá Tupã Popygua, do Vale do Ribeira/SP, também falou sobre a luta para garantir o respeito aos povos indígenas. “A demarcação da terra indígena é o sustento da vida, da cultura, da educação, saúde, autonomia”, reforçou.

Sobre isso falou Sandro Luckmann, representante do Conselho de Missão entre Povos Indígenas – COMIN. “Estamos vivendo um processo de ataque a existência dos povos indígenas e de todos os que resistem a esse modelo e essa perspectiva de se valer mais o capital do que a vida. É um ataque a existência de todos que fazem resistência. Por isso



“Ele ajudou a construir caminhos de solidariedade com desapego, distanciando-se das vaidades do poder, dos palácios, dos tronos e das riquezas. Ele preferia acreditar na Terra Sem Males, no Bem Viver, num outro mundo possível”

disse representantes do Cimi em nota de pesar há um ano

somos aliados na luta a tudo que ataca a existência dos povos indígenas”.

Brasílio Priprá, liderança do povo Xokleng de Santa Catarina, também mencionou sobre o momento difícil que vivem os povos indígenas e a luta contra o marco temporal. “Quando se fala em terra indígena, deveria ser um prazer devolver o território aos povos, aquilo que é direito da comunidade indígena. A nossa terra mãe nos pertence, não pertence aos outros, mas aos seus filhos”, reforçou Brasílio, que vive na Terra Indígena Ibirama-Laklãñõ. (Com informações de Cláudia Weinman, do Portal Desacato).

Assembleia Cimi Regional Leste

Marcando seus 38 anos de atuação junto aos povos indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Leste, que compreende os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e extremo Sul da Bahia, realizou a sua XXXVIII Assembleia. Respeitando os protocolos sanitários, o evento foi realizado de 8 a 10 de julho de 2021, no Centro Diocesano de Pastoral, no município de Itabuna (BA).

Com o tema “Cimi – 50 anos em defesa dos povos originários”, o Regional buscou dialogar sobre a caminhada da entidade junto aos povos indígenas, os desafios e estratégias para o novo período, bem como a atual conjuntura de retrocessos e violações de direitos contra o povo brasileiro, e em especial contra os povos indígenas.

Após reflexões e análises do contexto político, social e econômico em que o país se encontra, a Assembleia voltou seu olhar aos objetivos do Cimi e sua mobilização em defesa dos direitos e da vida dos povos indígenas.

Ao longo dos três dias de celebração, estudo e análise estratégica, o Cimi Regional Leste definiu três prioridades para os próximos períodos. O primeiro, “Terra, Território, Água: conquista e garantia”. O segundo, “Defesa de Direitos dos Povos Indígenas e da Constituição Cidadã”. E o terceiro, “Sustentabilidade nas dimensões política, ambiental, econômica e social”. A assembleia reforçou, ainda, o papel estratégico do processo formativo na atuação do Regional, como eixo mobilizador e transversal, para garantir a concretização dos objetivos e das prioridades definidas.

Roda de conversa Regional Norte I

No dia 19 de agosto, em roda de conversa online, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte I, que compreende os estados do Amazonas e Roraima, abordou elementos centrais da história de diálogos da entidade com os povos indígenas, que possibilitam importantes contribuições no fortalecimento de lideranças e organizações indígenas.

A roda de conversa procurou trazer alguns elementos fundamentais da história, traçando uma linha do tempo desde a década de 70 até os dias de hoje e destacando as lutas mais significativas aos povos indígenas. Também dialogando sobre o contexto atual de ataques aos direitos, aos territórios e à vida indígena.

Até chegar na Constituição Federal, nos anos da ditadura militar, a política desenvolvimentista da Amazônia incluía o extermínio das formas de vida da floresta. Os povos indígenas eram vistos como empecilho aos projetos. Por isso, eram retirados a força do caminho para a construção e estradas, hidrelétricas, mineração, etc. Muitos morreram, povos foram exterminados. Aos sobreviventes foi apontado o caminho da integração, como solução final para o completo desaparecimento dos povos indígenas no país. Ou se integravam à civilização ou eram exterminados, literalmente.

O Cimi, inspirado na Boa Notícia do Deus da Vida, passou a articular no seio da Igreja uma presença junto as comunidades indígenas de convivência, de respeito e valorização cultural e de aliado de suas lutas para assegurar direitos, tendo com eixo central os territórios. Apostou no protagonismo dos povos indígenas como sujeitos de sua história, apoiando assembleias, a formação de lideranças e organizações indígenas.

Comunidades tradicionais discutem processos de luta contra o apagamento e silenciamento dos povos indígenas

Assembleias, seminários, encontros e rodas de debates marcaram o Agosto Indígena, reforçando o protagonismo dos povos originários

Por Assessoria de Comunicação do Cimi, Com informações dos Regionais

De 30 de julho a 01 de agosto de 2021, ocorreu na Terra Kaingang Van Kâ, no bairro Lami, Porto Alegre, a V Assembleia dos Povos, que reuniu indígenas, quilombolas, população em situação de rua, movimentos sociais, populares, lutadoras e lutadores pelo Bem Viver, aqueles, debaixo da pirâmide, mas que acreditam em um mundo onde caibam todos os mundos.

Os testemunhos de quilombolas e indígenas, na abertura da atividade, foram marcados pela defesa da Mãe Terra e dos Territórios, pela força daqueles e daquelas que retomaram suas áreas e resistem sobre elas.

As palavras dos anciãos foram luz e sopro de vida e resistência. Um clamor pela luta conjunta, pela unidade na resistência e para que juntos – em teia dos povos – se possa romper com o racismo, a intolerância e com o sistema colonialista e opressor.

A Assembleia dos Povos é a continuidade de lutas ancestrais, que alimentam sonhos e a esperança em um Novo Palmares, nos Quilombos Libertários, nos Territórios do Bem Viver e na Terra Sem Males. Essa atividade alimenta a utopia num país e num mundo sem escravidão, sem machismo, sem homofobia, sem opressão e criminalização das lutas pela vida e pela Terra Mãe.

A Assembleia dos Povos faz acreditar que quando os debaixo se movem, os de cima caem e todo lugar vai se tornar Palmares. (Texto de Roberto Liebgott).

II Seminário Povos Originários em Processo de Retomada

Priorizando o protagonismo indígena, os povos originários Akroá-Gamella do Maranhão, Akroá-Gamella do Piauí, Kariú Kariri, Anapuru Muypurá, Tremembé do Engenho, Tremembé da Raposa e Tupinambá do Maranhão (todos em processo de retomada), juntamente com o Conselho Indigenista Missionário Regional Maranhão (Cimi-MA), o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Indígenas e Indigenistas no Maranhão (GEIIMA) participaram ativamente da construção do II Seminário Povos Originários em Processo de Retomada, realizado virtualmente entre os dias 11 e 13 de agosto.

O encontro reuniu cerca de 260 inscritos, de mais de 16 povos indígenas, entre acadêmicos, povos de vários estados do Brasil, ouvintes e palestrantes. Lucca Muypurá, do povo



V Assembleia dos Povos, na Terra Indígena Kaingang Van Kâ, em Porto Alegre (RS)

Anapuru Muypurá de Chapadinha (MA), afirmou que o espaço do seminário é necessário para o fortalecimento da retomada de seu povo na região do Baixo do Parnaíba.

Iolanda Alves Kariú Kariri, denunciou a tentativa de intimidação por parte da Secretaria de Saúde do município de Estreito, do Maranhão, que dificultou a imunização da covid-19 dos povos daquela localidade. Ela disse também que os profissionais da Secretaria de Saúde chegaram a alegar que não pareciam indígenas. “Percebemos o quanto o Estado quer invalidar, a todo momento, nossa identidade indígena”, declarou Iolanda.

Na ocasião, Jhonatan Anapuru Muypurá comentou sobre pontos maléficos que atingem a saúde mental dos indígenas, a negação de direitos, da identidade e o racismo sofrido diariamente. Segundo ele, a negação dessa identidade é como “uma lança que perfura seus corpos”.

Jaira Akroá Gamella, do Piauí, destacou a dificuldade da afirmação de sua identidade e a conquista do nome de sua filha, em registro civil, levando o nome do povo Akroá Gamella.

Encontro do Povo Anapuru Muypurá

O povo Anapuru Muypurá realizou, no município do estado do Maranhão chamado Brejo, o “Encontro do Povo Anapuru Muypurá – Cavacar Memórias, Retomar a Terra”, que ocorreu entre os dias 11 e 13 de agosto. A mobilização aconteceu com o objetivo de acompanhar o andamento do II Seminário Povos Originários em Processo de Retomada. “Eu mediava, falando quem era o parente que estava falando no seminário virtual, de que povo ele era, para todos entenderem que o contexto de outros povos é muito próximo do nosso”, destacou Lucca Muypurá. Além dos povos Anapuru Muypurá e Kariú Kariri, os Akroá-Gamella também realizaram encontro presencial em paralelo ao seminário.

O encontro promoveu uma roda de conversa no local para, segundo Lucca Muypurá, “cavacarem as memórias contadas pelos nossos mais velhos”. Além disso, foi realizada uma roda cultural com pinturas corporais e um Toré com cânticos,

salvando a força da espiritualidade e da ancestralidade. De acordo com Lidiane Alves Kariú Kariri, os encontros foram importantes para a inclusão das crianças neste processo de entendimento sobre a retomada. Para ela, é importante esse papel pedagógico e educativo, por “acredita muito no potencial delas como futuras lideranças”.

Na avaliação de Rosimeire Diniz, do Cimi Regional Maranhão, “o espaço está crescendo e os próprios povos estão trazendo seus saberes, suas experiências, compartilhando seu processo de retomada e também contribuindo nessa caminhada de celebração dos 50 anos do Cimi”, disse. Ela destaca que o seminário possibilita que os povos indígenas afirmem que essa retomada não é apenas sobre os territórios, mas também do ser, do fazer e do sentir dos povos.

Juventude indígena da Bahia

A Aldeia Craveiro, no município de Prado (BA), sediou entre os dias 13 e 15 de agosto o Encontro da Juventude Indígena dos povos do Sul, Extremo Sul e Oeste da Bahia. Essa foi a primeira vez que a juventude indígena reuniu os povos dessas três regiões. O encontro teve como tema “Direitos Originários na Garantia da Vida dos Povos Indígenas” e contou com a participação de cerca de 80 jovens dos povos Tupinambá de Olivença, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Kiriri e Tapuia.

Durante os dias do encontro, foram discutidas pautas como os retrocessos políticos, a perda dos direitos dos povos indígenas, entre outros desafios enfrentados pela juventude indígena.

Os participantes puderam acompanhar a Oficina de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que contou com a participação de Alice Pataxó, influencer indígena, e de Fabrício Titiah, administrador da página “Somos HãHãHã”. Nesse espaço, foi possível discutir a importância e o desafio que esses meios refletem hoje na juventude indígena, destacando cuidados necessários com os perigos que a exposição pode trazer para as comunidades. Foi apresentada a importância de a internet ser um mecanismo democrático e necessário para a juventude indígena seguir disputando esse lugar, visibilizando o seu lado da história e garantindo as suas narrativas.

Para Fabrício Titiah, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, o cenário político pede uma articulação indígena forte, “momento de se organizar, enquanto jovem indígena, para enfrentar todos os retrocessos que estamos sofrendo nesse momento. Agora é a hora de nos articularmos sobre os nossos direitos originários e discutir a política indígena”.

Para Bruno, do povo Tupinambá de Olivença, foi possível aprender muito neste encontro, por meio do intercâmbio de informações e saberes. “A gente conseguiu dialogar com os outros povos que estiveram presentes. Nesse intercâmbio, conseguimos aprender sobre as lutas e as dificuldades de um modo geral”.

Alice Pataxó avalia como “importante” o resultado do encontro. “As discussões políticas foram muito positivas para agregar no nosso conhecimento enquanto juventude na luta. Esperamos ansiosamente poder compartilhar isso com outros parentes em Brasília. ♦

“Agora é a hora de nos articularmos sobre os nossos direitos originários e discutir a política indígena”

Foto: Marta Mamédio/Cimi Regional Leste



Foto: Lucca Muypurá



Entre as pautas discutidas no evento estavam o Projeto de Lei 490/2007 e o julgamento do marco temporal

Conselheira da ONU alerta para risco de atrocidades contra povos indígenas no Brasil

Em citação inédita ao Brasil, ONU manifestou preocupação com os povos indígenas no país e pediu proteção às comunidades

Por **Tiago Miotto**, Assessoria de Comunicação do Cimi

A Conselheira Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Prevenção do Genocídio, Wairimu Nderitu, manifestou preocupação inédita com a situação dos povos indígenas no Brasil. A manifestação ocorreu durante uma atividade da 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, entre os dias 21 de junho e 13 de julho de 2021.

Na abertura do diálogo interativo, a conselheira especial da ONU chamou atenção para a gravidade da situação dos povos indígenas no Brasil – algo até então inédito. É a primeira vez que o Brasil é diretamente citado em relação à prevenção do genocídio por uma representante da ONU.

“Na região das Américas, estou particularmente preocupada com a situação dos povos indígenas. No Brasil, Equador e outros países, eu peço aos governos para proteger comunidades em risco e garantir justiça para crimes cometidos”, alertou Nderitu.

A menção ao Brasil veio durante a apresentação do relatório anual da conselheira especial da ONU para a prevenção do genocídio e, na avaliação de Paulo Lugon Arantes, assessor internacional do Cimi, é muito significativa. “Essa manifestação é um alerta grave. Isso significa que agora a ONU abriu um alerta de atrocidades oficial para o Brasil”, analisa.

Na mesma atividade, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também aproveitou seu espaço de fala para chamar atenção para a gravidade da situação dos povos indígenas no Brasil. Citando a série de ataques contra os povos Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e a falta de providências para garantir a segurança dos povos Yanomami e Ye'kuana, em Roraima, o Cimi afirmou que a “falta de vontade e/ou incapacidade de promover reparação” aos povos indígenas vítimas de violência sistemática no Brasil “pode implicar numa transferência de competência para o Tribunal Penal Internacional”.

Entre os casos mencionados pelo Cimi está o massacre de Caarapó, que completou cinco anos no dia 14 de junho de 2021 sem que nenhum dos responsáveis pelo ataque tenham sido punidos. O Cimi alertou que o massacre, que vitimou o agente de saúde indígena Clodiodi Aquile de Sousa, de 26 anos, e deixou outros seis indígenas feridos por armas de fogo, forma parte de um conjunto de ações violentas organizadas contra os indígenas na região.



Acampamento Luta Pela Vida, em Brasília/DF

“Um total de 24 ataques, cuidadosamente estudados, configuram eventos não isolados, aleatórios ou desconectados. Ao contrário, eles perfazem juntos uma tática organizada, com a tolerância do Estado, nos termos do artigo 7.1 do Estatuto de Roma e de sólida jurisprudência, como o Ministério Público Federal [MPF] já alertou a justiça federal”, sustentou o representante do Cimi no diálogo, Paulo Lugon Arantes.

Em relação aos povos Yanomami e Ye'kuana, o Cimi chamou atenção para o fato de que a invasão à Terra Indígena (TI) Yanomami – que, segundo a Hutukara Associação Yanomami (HAY), já reúne mais de 20 mil garimpeiros ilegais – não tem sido devidamente coibida pelo Estado brasileiro e conta com a negligência do governo federal, apesar das determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) para que se garanta a segurança dos indígenas e a retirada dos invasores.

Denúncia: declarações de incentivo à violência e ao genocídio por parte da Funai

No dia 23 de junho, em reunião com indígenas do povo Marubo, na aldeia Paulinho, no rio Ituí, na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, Amazonas, o Coordenador Regional da Funai, o tenente da reserva do exército Henry Charles Lima da Silva, incentivou os indígenas Marubo à violência – ato caracterizado como crime contra a humanidade.

A denúncia, acompanhada por um áudio com as declarações do Coordenador Regional do Vale do Javari, foi feita por lideranças e organizações indígenas da região e amplamente divulgada pela imprensa. Queixando-se da inoperância da Frente de Proteção Etnoambiental da própria Funai diante dos insistentes apelos das lideranças indígenas para ajudar na mediação de uma situação conflituosa gerada pela presença de indígenas isolados na proximidade da aldeia Paulino, o Coordenador Regional ameaçou “junto com os Marubos, meter fogo nos isolados”.

O Conselho Indigenista Missionário, por meio de sua Equipe de Apoio aos Povos Indígenas Livres (Eapil), repudiou as declarações criminosas. “As declarações são particularmente abomináveis por encorajar que os

indígenas do Vale do Javari usem as armas uns contra os outros para resolver os conflitos e por serem feitas por um servidor público que ocupa um cargo de chefia na Funai e que, portanto, tem como função institucional proteger os povos indígenas e as terras que ocupam. Além disso, revelam total desconhecimento sobre a forma de ocupação territorial dos povos do Vale do Javari, região onde há pelo menos quinze povos em situação de isolamento, e total despreparo para ocupar o cargo”, diz a nota de repúdio do Cimi.

Na ocasião, o Cimi e a Eapil reforçaram um pedido da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab) feito à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) para a instalação de inquérito para apurar crime de genocídio contra povos indígenas isolados e para determinar o afastamento imediato do Coordenador Regional da Funai no Vale do Javari. “É necessária a imediata demissão do tenente. Sua permanência representa uma grave e continuada ameaça aos povos indígenas da região e torna o governo corresponsável por suas declarações de incentivo à violência e ao genocídio”.

Até quando?

Daiane Griá Sales, Kaingang de 14 anos, cruelmente assassinada, no dia 04 de agosto, na Terra Indígena do Guarita, no município de Redentora, Rio Grande do Sul; até quando as bocas calarão?

Por **Roberto Liebgott**, do Cimi Regional Sul

Daiane Griá Sales
Pequena menina Kaingang.
Só 14 anos de idade.
Teria uma vida plena.
Tornar-se-ia mulher, mãe, avó.
Seria e faria outras pessoas felizes.
Choraria, iria rir e se zangar.
Abraçaria e caminharia de mãos dadas.
Amaria e seria amada.

Daiane Griá Sales foi cruelmente arrancada desta vida.
Seu corpo dilacerado.
Suas carnes e vísceras espalhadas.
Seu corpo lançado sobre uma lavoura de soja.
Terra arrendada, consumida e deteriorada por lavoreiros gananciosos.

O corpo dilacerado ficou lá exposto.
Queriam que todos vissem.
Que todos soubessem como a mataram.
Mas a crueldade só se completaria quando as imagens mórbidas, daquilo que restou de seu corpo e vísceras estivessem circulando pelas redes sociais.

Daiane Griá Sales
Vítima de pessoas perversas.
De estupradores, machistas, racistas.
De assassinos, genocidas, promotores da tortura.
Vítima do discurso de ódio, da intolerância, do macho alfa, escravocrata, totalitário.
Vítima de uma sociedade de perversidades, que cultua a violência e a desesperança.

Daine Griá Sales
Sua dor.
Seu sacrifício.
Seu corpo brutalmente violentado nos faz perguntar:
Até quando?
Até quando os corpos de meninas serão estuprados?
Até quando o ódio, o racismo, a intolerância prevalecerão?
Até quando as bocas calarão diante da brutalidade e das injustiças?
Até quando os povos e comunidades tradicionais serão atacados em suas vidas, carnes, terras e culturas.

Até quando?

Povos indígenas no oeste da Bahia manifestam-se contra projetos anti-indígenas

Assessoria de Comunicação do Cimi,
 com informações do Cimi Regional Leste

Em semana de intensas mobilizações, os povos indígenas no oeste da Bahia reafirmam sua posição em defesa de seus direitos originários, em defesa da vida e por seus territórios. No dia 3 de julho, o #3J, os indígenas se somaram às manifestações realizadas em todo país, as quais tiveram entre suas principais pautas vacina e comida para todos, auxílio emergencial e, sobretudo, o impeachment de Jair Bolsonaro.

Os atos ocorrem em meio ao desgaste do presidente Jair Bolsonaro, ocasionado pelas revelações feitas pela CPI da covid-19, denúncias de corrupção e propina na compra da vacina indiana Covaxin e pela lenta vacinação da população.

Indígenas do povo Kiriri de Barreiras, Bahia, exigiram o arquivamento do Projeto de Lei (PL) 490/2007, que fere gravemente o direito constitucional dos povos indígenas à demarcação e ao usufruto exclusivo de suas terras de ocupação tradicional.

No mesmo fim de semana, nos dias 2 e 3 de julho, indígenas dos povos Kiriri, município do Muquém do São Francisco, Tapuia de Passagem e Pankarú da Serra do Ramalho participaram da 44ª Romaria da Terra e das Águas do Bom Jesus da Lapa, Oeste da Bahia. Com o tema “Terra, Água, Teto e Trabalho, aliança por Justiça e Paz” e o lema “Estabeleço minha Aliança com vocês, seus descendentes e todos os seres vivos” (Gn 9, 8-11), a Romaria teve programação virtual e presencial, seguindo as orientações sanitárias.



Gruta do Bom Jesus, em Bom Jesus da Lapa-BA

Na ocasião, lideranças indígenas presentes na Romaria denunciaram o aumento da violência, a invasão de seus territórios tradicionais e a gravidade de projetos anti-indígenas como PL 490, o marco temporal, a paralisação das demarcações das terras indígenas e as constantes tentativas de implementação de grandes projetos de infraestrutura, como construção da barragem no rio que passa nas terras indígenas do povo Xakriabá de Cocos, na Bahia.

“Terra, Água e Poder Popular”

Com o objetivo de refletir sobre a atual conjuntura e construir possibilidades de incidências populares, lideranças indígenas se reuniram em um seminário formativo, realizado no dia 3 de julho, em Bom Jesus da Lapa. Com o tema “Terra,

Água e Poder Popular, no enfrentamento ao Matopiba”, o diálogo foi motivado pelo Cimi Regional Leste. Matopiba é como ficou conhecida a região de expansão do agronegócio e especulação de terras na região Norte/Nordeste do Brasil, em especial áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Na oportunidade as lideranças fizeram duras críticas ao governo de Bolsonaro e estadual, salientando que a política da Bahia não se diferencia tanto da política do governo federal. Na avaliação das lideranças indígenas, as ações populares precisam acontecer, assim como a ampliação do trabalho desenvolvido pelas Pastorais e pelo Cimi, refletindo a necessidade de fortalecer uma articulação cada vez mais popular.



Indígenas das regiões Surumu e Serras manifestaram-se contra o PDL 28/2019, bloqueando a BR-433

Lideranças indígenas rejeitam projeto que desfigura TI São Marcos, em Roraima

Por Ligia Kloster Apel, Assessoria de Comunicação do Cimi Norte 1

“Em nome das lideranças que morreram e lutaram por nós, para que hoje eu estivesse aqui para dar continuidade na defesa dos direitos dos povos indígenas, pelas lideranças que nos deixaram por causa dessa doença, pedimos o arquivamento desse projeto. Se for aprovado, as consequências podem ser piores do que a pandemia, porque abrir a Terra Indígena São Marcos é permitir o garimpo, a entrada de invasores e doenças”. Esse foi o depoimento emocionado de Aldenir Cadete Wapichana, coordenador da região das Serras, na Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, durante a audiência pública realizada pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados, no dia 7 de julho, em ambiente virtual e conduzida pelo deputado Jose Ricardo (PT-AM).

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 28/2019 - já aprovado no Senado em 2019 e com previsão de votação no plenário da Câmara dos Deputados nos próximos dias - retira a sede do município

de Pacaraima, em Roraima, da Terra Indígena (TI) São Marcos, com o argumento de que a União teria “afrontado” os poderes do município ao regulamentar as terras em seus limites. No entanto, o processo administrativo de demarcação e homologação da terra foi concluído em 1991 e o município de Pacaraima só foi criado em 1995. O artigo 1º do Decreto situa, na época, a TI São Marcos “no município de Boa Vista”.

Marcello Pereira, da Associação dos Povos Indígenas da TI São Marcos (Macuxi, Wapichana e Taurepang), se posicionou contrário ao PDL, porque são territórios já regulamentados. “A homologação é anterior à criação do município, a presença da sede no território é uma violação aos indígenas”, afirmou.

Enquanto a Audiência Pública acontecia e as lideranças se posicionavam veementemente contrárias ao PDL, as comunidades de Pedreira, Canta Galo e Barro da TI São Marcos bloquearam o trecho da BR-433, estrada que dá acesso ao município de Uiramutã. O ato foi pacífico, mas dá força às palavras dos indígenas: “Onde tiver povo sofrendo a gente tá defendendo a nossa causa”.

Em Rondônia, lideranças indígenas posicionam-se contra lei que reduziu unidades de conservação e impacta seus territórios

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Tendo em vista a aprovação da Lei Complementar (LC) 1089 de 2021, que reduz unidades de conservação em Rondônia, lideranças indígenas de nove povos reuniram-se em Porto Velho para analisar as ameaças às Terras Indígenas (TIs) Karipuna, Uru Eu Wau Wau, Karitiana, Lage e Ribeirão. O indígenas reuniram-se do dia 12 ao dia 14 de julho e, na sexta-feira (16), protocolaram no Supremo Tribunal Federal (STF) uma carta produzida ao fim do encontro.

“Com a aprovação dessa Lei Complementar, nossos territórios, que já estavam extremamente invadidos, passaram a sofrer mais invasões, uma vez que não há mais nenhum tipo de proteção ao redor ou zona de amortecimento e porque os invasores passaram a sentir mais confiança de que suas invasões serão um dia legalizados”, relataram os indígenas. “A premiação aos invasores pela LC 1089/2021 foi motivo para aumento das invasões nessas Terras Indígenas. A título de exemplo, só de janeiro a maio de 2021, a TI Karipuna viu mais de 500 hectares de seu território desmatado pelos invasores”.

Aprovada em abril deste ano, a LC 1089/2021 reduziu cerca de 167 mil hectares de duas unidades de conservação de Rondônia: 171 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, reduzindo-a em quase 90%, e 55 mil hectares do Parque Estadual de Guajará-Mirim. A desafetação dessas unidades impacta diretamente as TIs Uru-Eu-Wau-Wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karitiana e os povos que vivem em isolamento voluntário na região.

“Os povos isolados dessa região, que já sofriam com as invasões, passaram a sofrer mais pressões pelo desmatamento provocado pela retirada de madeira e pela agropecuária. A consequência foi a redução de sua área de perambulação e com muito menos recursos para sua sobrevivência física e cultural, o que significará um verdadeiro extermínio desses povos. Responsabilizamos o estado de Rondônia por esse genocídio”.

As lideranças, dos povos Karitiana, Karipuna, Kanoé, Kassupá, Uru-Eu-Wau-Wau, Oro Waram, Oro Waram Xijein, Salamãe e Oro Mon manifestaram também seu apoio ao Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE-RO), que ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a LC 1089/2021.

Com seis mil pessoas em Brasília, povos indígenas realizam maior mobilização pós-constituente

Lideranças indígenas de 170 povos estiveram mobilizadas no acampamento Luta pela Vida, pela garantia de seus direitos originários e contra o marco temporal

Por **Assessoria de Comunicação do Cimi**, com informações do Acampamento Luta Pela Vida e da Apib

Vindos de todas as regiões do país, cerca de 6 mil indígenas, de mais de 170 povos, estiveram mobilizados no acampamento “Luta pela Vida”, na capital federal, pela garantia de seus direitos originários e contra o marco temporal, em julgamento histórico no Supremo Tribunal Federal (STF), nesta que tem sido a maior mobilização indígena pós-constituente.

A mobilização estava prevista para durar sete dias na capital federal – de 22 a 28 de agosto deste ano, com uma intensa programação de plenárias, agendas políticas em órgãos do Governo Federal e embaixadas, marchas e manifestações públicas –, mas o julgamento, que esteve na pauta do Supremo no dia 25 de agosto, se estenderá até setembro, quando a resistência indígena mobilizada permanecerá em Brasília, aguardando os novos rumos do processo e ainda se somando à II Marcha das Mulheres.

O acampamento Luta pela Vida dá continuidade à intensa mobilização indígena iniciada em junho com o acampamento Levante Pela Terra, quando povos indígenas de todo o país realizam intensas mobilizações em defesa de seus direitos constitucionais e contra as medidas e projetos anti-indígenas do Congresso Nacional e do governo federal.

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) já é considerado pelo movimento indígena como o processo mais importante do século sobre a vida dos povos originários. Além dele, os povos também denunciam as pautas anti-indígenas em trâmite no Congresso Nacional, chamados de “Projetos da Morte”, que provocam o agravamento das violências contra os povos originários dentro e fora dos territórios tradicionais.

“Estamos realizando a maior mobilização de nossas vidas, em Brasília, porque é o nosso futuro e de toda humanidade que está em jogo. Falar de demarcação de



Foto: Kamikia Kisédje

terras indígenas, no Brasil, é falar da garantia do futuro do planeta com as soluções para a crise climática”, reforça Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Apib.

Vale ressaltar que o Acampamento Luta pela Vida desenvolveu protocolos sanitários dedicados a reforçar todas as normas já existentes e recomendadas para o combate à covid-19. A equipe de saúde do acampamento contou com profissionais indígenas de saúde em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), com a Fundação Oswaldo Cruz de Brasília e do Rio de Janeiro (Fiocruz DF e RJ), com o Ambulatório de Saúde Indígena da Universidade de Brasília (Asi/UNB) e com o Hospital Universitário de Brasília (HUB).

Cronologia

- Em 5 outubro de 1988, quando a Carta Magna foi promulgada, conhecida como Cidadã, os indígenas além de terem os mesmos direitos e deveres que qualquer brasileiro reconhecidos, lhes foi garantido a posse de

suas terras e ainda que fossem respeitados seus costumes e tradições. A Constituição brasileira adota a teoria do Indigenato ao reconhecer o direito originário dos povos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas e ao dispor, em seu artigo 231, que essas terras seriam aquelas “habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, e as necessárias à sua reprodução física cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

- No ano de 2009, a tese jurídica do marco temporal apareceu pela primeira vez no âmbito no Poder Judiciário, quando o STF reconheceu a constitucionalidade da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, por meio da Petição nº 3.388. Na ocasião, entretanto, o Supremo fixou as denominadas “salvaguardas institucionais às terras indígenas”, com “19 condicionantes” no acórdão do caso, e instaurou-se o debate se elas deveriam ser seguidas em todos os processos de demarcação de terras indígenas. As salvaguardas que mais causaram polêmica

Apoio internacional

O acampamento recebeu a visita da comitiva da *Progressive International*, articulação que reúne entidades de direitos humanos, partidos políticos, sindicatos e outras instituições do campo progressista de diversos países. A comitiva foi recepcionada por representantes dos Povos Munduruku e Kayapó, que aproveitaram o encontro para denunciar os impactos que estão enfrentando devido a projetos de infraestrutura próximos às suas terras.

Representantes da Apib, em uma intensa agenda de reuniões com embaixadas e representações diplomáticas em Brasília, apresentaram um Dossiê Internacional para servir como instrumento de denúncia global e dialogaram sobre o apoio necessário dos estados estrangeiros para frear a agenda anti-indígena que avança no Brasil.

CNBB apoia a causa indígena

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) visitou o acampamento Luta Pela Vida e expressou sua solidariedade à mobilização dos povos indígenas, reforçando o pedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para que garantam os direitos constitucionais indígenas e digam não à tese do marco temporal. A CNBB atua como *amicus curiae* – “amiga da Corte” – no processo e já se manifestou contrariamente à tese do chamado marco temporal.

“O acampamento Luta Pela Vida demonstra a resistência dos povos originários, que há 521 anos estão sendo mas-

sacrados e dizimados. O STF deve tomar logo uma posição e confirmar o que reza a Constituição Federal do Brasil. O marco temporal não pode passar, isso seria o caminho para o genocídio dos povos indígenas. O apoio do Cimi e da igreja é para que a vida seja respeitada”, disse Dom Roque Paloschi, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), secretário da Rede Eclesial Pan-Amazônica – Repam-Brasil e arcebispo de Porto Velho (RO).

160 mil assinaturas contra o marco temporal

Mais de 160 mil pessoas assinaram uma carta aberta ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestando sua posição contra a tese do marco temporal e pedindo que a Corte proteja os direitos constitucionais dos povos indígenas, sob grave ameaça neste momento no Brasil.

A carta foi inicialmente assinada por 301 pessoas, entre as quais artistas, juristas, acadêmicos e diversas personalidades brasileiras, e protocolada no STF no dia 24 de junho por lideranças indígenas que participam do acampamento Levante Pela Terra, em Brasília. A partir de então, o manifesto foi aberto para a coleta virtual de assinaturas e ganhou a adesão de dezenas de milhares de pessoas que se posicionaram em apoio aos povos indígenas do Brasil e contra o marco temporal

“O tratamento que a Justiça Brasileira tem dispensado às comunidades indígenas, aplicando a chamada ‘tese do

marco temporal’ para anular demarcações de terras, é sem dúvida um dos exemplos mais cristalinos de injustiça que se pode oferecer a alunos de um curso de teoria da justiça. Não há ângulo sob o qual se olhe e se encontre alguma sombra de justiça e legalidade. Este Supremo Tribunal tem em suas mãos a oportunidade de corrigir esse erro histórico e, finalmente, garantir a justiça que a Constituição determinou que se fizesse aos povos originários”, afirma a carta.

ONU e OEA reforçam luta dos povos originários

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organismo da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, Francisco Cali Tzay, manifestaram-se contra a tese do marco temporal.

Para o organismo da OEA, a aplicação da tese do marco temporal “contradiz as normas internacionais e interamericanas de direitos humanos, em particular a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Em particular, porque não leva em consideração os inúmeros casos em que os povos indígenas foram deslocados à força de seus territórios, muitas vezes com extrema violência, razão pela qual não estavam ocupando seus territórios em 1988”.

foram as de proibição de ampliar a área demarcada e a de escolher a promulgação da Constituição como marco temporal para declarar um pedaço de terra como indígena, além da determinação de que os direitos dos povos originários não se sobrepõem a questões de segurança nacional.

Segundo Luiz Eloy Terena, advogado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), antes do julgamento do caso Raposa Serra do Sol, esta interpretação jurídica de marco temporal era rotineiramente suscitada nos discursos parlamentares e de juristas que advogam para os interesses do capital.

A Advocacia-Geral da União (AGU) aproveitou a “brecha” e “entendeu” que o julgamento da ação judicial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol valia para todos os outros, mesmo o referido acórdão trazendo expressamente em seus dispositivos a determinação de que o entendimento jurídico não se aplicava as demais terras indígenas, portanto, não poderia ser um caso de repercussão geral.

A decisão da AGU nunca foi totalmente aplicada, mas também nunca foi integralmente revogada e causou danos. Na oportunidade, membros anti-indígenas do Congresso Nacional propuseram projetos de leis para impedir que a União demarcasse terras e, se o fizesse, aplicasse o marco temporal.

- Ainda em 2009, a Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (Fatma) – hoje Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) –, por meio de uma Ação de Reintegração de Posse contra a Fundação Nacional do Índio, afirmou ser a legítima possuidora de uma área localizada na Linha Esperança-Bonsucesso, distrito de Itaió-SC, Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ, dos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, conforme Portaria nº 1.182/2003 do Ministério da Justiça. O território em disputa foi reduzido ao longo do século XX e os indígenas nunca deixaram de reivindicá-lo.

A área foi identificada pelos estudos antropológicos da Funai e declarada pelo Ministério da Justiça como parte da sua terra tradicional. A Funai então interpôs o Recurso Extraordinário (RE) nº 1.017.365, na busca por manter reconhecido o território tradicional do povo originário, mas tanto em primeira instância, quanto na segunda, as decisões foram contrárias aos interesses dos indígenas, razão pela qual, o processo chegou ao Supremo por via do extraordinário.

- No ano de 2012, foi editado a Portaria de nº 303 pela Advocacia Geral da União (AGU) com o propósito de “normatizar” a interpretação e aplicação das 19 condicionantes. Em 25 de julho de 2012, a Portaria AGU nº 308 suspendeu o início da vigência da Portaria nº 303/2012 em razão da oposição de diversos embargos de declaração ao acórdão do STF na Pet. nº 3.388/RR e de um intenso processo de mobilização dos povos indígenas e de organizações sociais. Em 17 de setembro do mesmo ano, uma nova portaria, a Portaria nº 415 da AGU, estabeleceu como termo inicial da vigência da Portaria nº 303.

- A partir de 2016, com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, iniciou-se um acelerado retrocesso dos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil. Em maio de 2017, quando o ex-presidente da Funai, Sr. Antônio Fernandes Toninho Costa entregou o cargo, acusando o ex-Ministro da Justiça de agir em favor de um lobby conservador de latifundiários e outros interesses da bancada ruralista, inclusive impondo indicações políticas dentro da Funai, o órgão passou a ser dirigido por um general do Exército.

- Em 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Parecer nº 01/2017/GAB/CGU/AGU, assinado pelo então presidente Michel Temer, o qual obrigava a Administração Pública Federal a aplicar as 19 condicionantes que o STF estabeleceu na decisão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol a todas as terras indígenas. O Parecer teve como objetivo, entre outras coisas, institucionalizar enfim a tese do marco temporal.

Embora não aprovado pelo STF, a tese repercutiu em julgamentos de primeira e segunda instância em diferentes terras indígenas, deslegitimando todos os processos de demarcação tramitados após a promulgação da Constituição Federal, obrigando todos os órgãos do Executivo a aplicar o marco temporal, colocando em xeque demarcações já realizadas, impedindo a demarcação de outras e garantindo

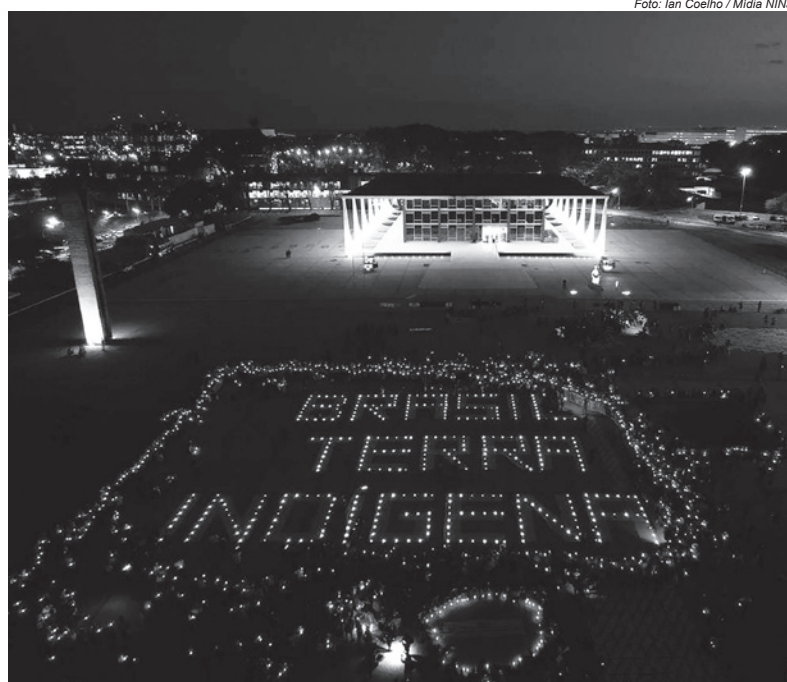


Foto: Ian Coelho / Mídia NINJA

assim o avanço da agenda e do pacote econômico dos grandes latifundiários e da bancada ruralista.

Sobre o assunto, o Ministério Público Federal (MPF) disse que, na ocasião, pelo menos 27 terras indígenas tiveram seus processos devolvidos do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a Funai e outras 310 terras indígenas ficaram com processos de demarcação paralisados. Naquele ano, a Apib lançou a campanha “Nossa história não começa em 88”, em oposição ao argumento defendido pela AGU, por Temer e pela FPA.

- Em 2019, o STF reconheceu a repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, ou seja, a decisão tomada no Supremo trará consequências para todos os povos indígenas do Brasil, pois existem muitos casos de demarcação de terras e disputas possessórias sobre TIs que se encontram, atualmente, judicializados. Também há muitas medidas legislativas que visam retirar ou relativizar os direitos constitucionais dos povos indígenas e, ao admitir

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) já é considerado pelo movimento indígena como o processo mais importante do século sobre a vida dos povos originários. Além dele, os povos também denunciam as pautas anti-indígenas em trâmite no Congresso Nacional, chamados de “Projetos da Morte”, que provocam o agravamento das violências contra os povos originários dentro e fora dos territórios tradicionais.

a repercussão geral, o STF reconhece, também, que há necessidade de uma definição sobre o tema.

- Já em 2020, a comunidade indígena Xokleng da Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ peticionou um pedido de tutela provisória incidental no sentido de suspender os efeitos do Parecer 001/2017/GAB/CGU/AGU até que a Suprema Corte pudesse definir em definitivo acerca da repercussão geral do Recurso Extraordinário. O ministro do STF Edson Fachin suspendeu os efeitos do Parecer 001/2017 da AGU e todas as ações judiciais de reintegrações de posse ou anulação de processos de demarcação de terras indígenas enquanto durasse a pandemia de covid-19 ou até o julgamento final do recurso extraordinário nº 1.017.365.

Em meio a toda essa jornada, ainda em 2020, o Supremo Tribunal desempenhou papel histórico ao decidir que a “Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APiB possui legitimidade ativa para

propor ação direta perante o Supremo Tribunal Federal”, um marco para o reconhecimento da capacidade processual dos indígenas, nos termos do art. 232, da Constituição de 1988.

- Chegado 2021, no preparo do julgamento da tese do marco temporal, de repercussão geral, várias organizações, entidades e indígenas participaram como amicus curiae (em português, “amigo da Corte”) para subsidiar a tomada de decisão. Foram mais de 200 pedidos de participação na condição de amicus curiae, que se posicionaram a favor ou contra o marco temporal. Desses, mais de 150 representam em sua maioria o segmento rural e também da agricultura e pecuária, entidades que buscavam convencer os ministros e ministras da Suprema Corte Brasileira de que a produção de commodities agrícolas para aumento do Produto Interno Bruto (PIB) precisaria ser colocada à frente da demarcação de Terras Indígenas.

Nesse meio tempo, inúmeros projetos de lei (PL) no Congresso apareceram para enfraquecer a legislação ambiental e abriam caminho para anistiar grileiros e criminosos ambientais e ainda favorecer a impunidade de crimes ambientais, como desmatamento e queimadas, um “combo da morte”. Projetos que alteravam as regras de proteção de territórios e povos indígenas, favorecendo a formação de latifúndios em terras públicas.

- PL nº 3.729/2004: flexibiliza e/ou extingue o licenciamento ambiental de obras e empreendimentos
- PL nº 490/2007: restringe a demarcação de terras indígenas
- PL nº 4843/2019: permite que o setor privado se aproprie de terras destinadas à reforma agrária e a titulação de áreas consideradas latifúndios
- PL nº 191/2020: libera a mineração em terras indígenas
- PL nº 510/2021: permite a legalização de terras públicas invadidas até 2014 e a titulação de áreas consideradas latifúndios

Foto: Matheus Veloso



O julgamento

Com o julgamento do marco temporal pautado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os povos originários esperavam enfim ter uma definição sobre o futuro das demarcações das terras indígenas no Brasil. Cabia à Suprema Corte dar fim a tese ruralista do marco temporal – tendo em vista que a constituição Federal Brasileira já reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras –, mas não foi o que aconteceu até agosto de 2021.

No dia 11 de junho, o julgamento chegou a iniciar em plenário virtual, mas foi suspenso por um pedido de “destaque” do ministro Alexandre de Moraes, um minuto após começar. O julgamento foi remarcado para o dia 30 de junho, mas os ministros e ministras não chegaram a iniciar por falta de tempo e adiaram para o dia 31. Ainda naquela semana, a análise do caso foi remarcada pelo presidente da Corte, o ministro Luiz Fux, que incluiu o julgamento sobre demarcações de terras indígenas na pauta do dia 25 de agosto, mas, novamente, o caso foi adiado, agora, para o dia seguinte, 26, uma quinta-feira, quando o ministro Edson Fachin, relator do processo enfim fez a leitura do relatório, após quatro adiamentos em dois meses.

O relator, que já havia apresentado voto no plenário virtual em junho, contra o marco temporal, afirmou que a existência da tese seria o mesmo que fechar a porta aos indígenas “para o exercício completo e digno de todos os direitos inerentes à cidadania”. O ministro defendeu a chamada teoria do Indigenato e reafirmou que o direito indígena à terra é originário e fundamental.

A teoria do Indigenato é umas das teses que estão sendo discutidas no caso. De acordo com ela, o direito indígena à terra é originário, ou seja, é anterior à constituição do próprio Estado brasileiro, independe de uma data específica de comprovação da posse da terra (marco temporal) e mesmo do próprio procedimento administrativo de demarcação territorial.

“O julgamento começou com uma atmosfera interessante, no sentido de que o ministro Edson Fachin exaltou o caráter originário dos direitos indígenas e a importância da teoria do Indigenato. De certa maneira, isso é um recado aos povos indígenas no sentido de reconhecimento dos seus direitos”, afirma Maurício Terena, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Após leitura do relatório, pelo ministro Edson Fachin, relator do processo, no dia 26, o julgamento foi suspenso pelo presidente do tribunal, Luiz Fux, que confirmou que o caso será retomado no dia



Foto: Kamikia Kisédjé

1º de setembro, como primeiro item da pauta.

“Sabendo que a conclusão do julgamento ficou para quarta-feira, dia 1º, seguiremos acompanhando”, garante Brasília Priprá, liderança do povo Xokleng. “Ainda temos esperança que o STF julgue e reconheça os direitos do povo Xokleng e de todos os povos indígenas do Brasil. Sem os povos indígenas, não terá água boa, não terá meio ambiente tranquilo, e isso é para todos os brasileiros”, lembrou.

“Estamos aqui na expectativa, confiando que essa questão possa ser resolvida de uma vez por todas, não só para o povo Laklãnô-Xokleng, mas para todos os povos de todo o Brasil. O marco temporal é uma lei genocida. Pedimos que o STF veja o lado dos povos indígenas”.

Nilton Ndili, cacique-geral do povo Xokleng

Mobilização Permanente

Em plenária, os 6 mil indígenas presentes no acampamento “Luta Pela Vida”, decidiram manter a mobilização, de forma permanente em Brasília e nos territórios em todo país até o julgamento do marco temporal, no dia 1º de setembro. Em memória a seus ancestrais e encantados, em defesa de seus corpos, terras e territórios, identidade e culturas diferentes, reafirmam a mobilização em defesa da vida.

Em carta publicada, o Movimento Indígena reafirma: “confiamos que a Suprema Corte irá sacramentar o nosso direito originário à terra, que independe de uma data específica de comprovação da ocupação, conforme defendem os invasores”. Amparados na ancestralidade e “pelo poder dos nossos povos, da nossa espiritualidade e da força dos nossos encantados que prezam pelo Bem Viver, nosso e da humanidade, dizemos não ao marco temporal”, reforçam os indígenas.

Cerca de mil lideranças indígenas, representando seus povos, irão permanecer acampados em Brasília. O grupo permanecerá até o dia 2 de setembro e, posteriormente, somará forças com a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas, que acontece entre os dias 7 e 11 de setembro.

“A nossa história não começou em 1988, e as nossas lutas são seculares, isto é, persistem desde que os portugueses e sucessivos invasores europeus aportaram nestas terras para se apossar dos nossos territórios e suas riquezas”, assegura o Movimento Indígena.

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80
Ass. dois anos: R\$ 130
América Latina: US\$ 55
Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Em cortejo fúnebre, mais de seis mil indígenas protestaram contra agenda anti-indígena do governo federal e do Congresso

Um grande caixão - com 120 quilos e 10 metros de comprimento - foi queimado em frente ao Palácio do Planalto simbolizando os "projetos de morte" contra os povos originários

Por Assessoria de Comunicação do Acampamento Luta Pela Vida

No sexto dia do acampamento "Luta pela Vida", mais de 6 mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do país marcharam pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para denunciar a agenda anti-indígena do Congresso Nacional e do governo federal.

Com cantos e rituais, carregando um grande caixão que simbolizava os "projetos de morte" contra seus direitos, os povos manifestaram-se em frente ao Congresso Nacional, ao Ministério da Justiça e ao Palácio do Planalto, onde o caixão foi queimado.

"Ecocídio", "marco temporal não", "não é só um vírus", "fora garimpo", "fora grilagem" e "condenação ao genocídio" foram algumas das mensagens gravadas no caixão simbólico, que também trazia uma lista dos principais Projetos de Lei (PLs) que atacam os direitos dos povos indígenas e que tramitam no Congresso Nacional, ameaçando os territórios indígenas e a biodiversidade brasileira: PLs 490/2007, 191/2020, 2633/2020, 510/2021 e 2159/2021. Na tampa, uma cruz com o termo "genocídio" lembrou dos mais de mil indígenas mortos de covid-19 devido à política omissa de Bolsonaro, que negou recursos e assistência aos povos originários durante a pandemia.

Sob o governo Bolsonaro, mais do que estagnar, as demarcações retrocederam: ainda em 2020, o Ministério Público Federal (MPF) identificou pelo menos 27 procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas que aguardavam a emissão da Portaria Declaratória, sob responsabilidade do MJ, e foram devolvidas à Funai para serem revisadas com base na tese do marco temporal.

"Esse ato representou o genocídio que está sendo causado aos povos indígenas do Brasil, com todas essas armadilhas e questões que estão tramitando dentro do Congresso



Foto: Scarlett Rocha

Com cantos e rituais, carregando um grande caixão que simbolizava os "projetos de morte" contra seus direitos, os povos manifestaram-se em frente ao Congresso Nacional, ao Ministério da Justiça e ao Palácio do Planalto, onde o caixão foi queimado

que tiram os direitos dos povos indígenas à terra, à vida", explica Paulo Tupiniquim, coordenador da Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne).

"O povo indígena sem-terra, sem meio ambiente, sem floresta, não tem vida. Então significa o genocídio causado pelos poderes Legislativo e Executivo do país, que estão matando as populações indígenas", afirma a liderança.

"PLs da morte"

PL 490/2007, recentemente aprovado na CCJC da Câmara, flexibiliza o usufruto exclusivo das terras indígenas pelos povos originários, garantido pela Constituição, e na prática inviabiliza demarcações de terras indígenas que o PL 490 busca impor está a tese do marco temporal, que está sendo analisada no processo de repercussão geral que está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

PL 191/2020, de autoria do governo Bolsonaro, libera a mineração, a geração hidrelétrica, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala nas terras indígenas.

Os PLs 2633/2020 e 510/2021, conhecidos como PLs da Grilagem de Terras, ampliam as áreas passíveis de regularização como propriedade privada – e, portanto, abrem caminho para a legalização de áreas griladas. O PL 510, além disso, pretende alterar a data limite para que invasões de terras públicas sejam legalizadas, passando o prazo de 2011 para 2014.

O PL 3729/2004, que agora tramita no Senado com o número 2159/2021, desmonta o licenciamento ambiental, ao isentar 13 tipos de atividades e permitir o "autolicensing" para uma série de projetos.

Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 177/2021, que pretende retirar o Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), principal instrumento de direito internacional para a proteção dos direitos indígenas. Entre outras coisas, a Convenção 169 garante aos povos indígenas o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada sobre projetos que afetem suas vidas, direitos e territórios.

Agosto indígena em meio a denúncias

Pela primeira vez na história, povos originários vão diretamente ao tribunal de Haia, com seus advogados indígenas, para lutar pelos seus direitos

Na data que marca o dia Internacional dos Povos Indígenas, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) entrou de forma inédita com um comunicado no Tribunal Penal Internacional (TPI) para denunciar o governo Bolsonaro por Genocídio e Ecocídio. A organização solicita que a procuradoria do tribunal de Haia examine os crimes praticados contra os povos indígenas pelo presidente Jair Bolsonaro, desde o início do seu mandato, janeiro de 2019, com atenção ao período da pandemia da covid-19. O acervo do comunicado protocolado é composto por denúncias de lideranças e organizações indígenas, documentos oficiais, pesquisas acadêmicas e notas técnicas, que comprovam o planejamento e a execução de uma política anti-indígena explícita, sistemática e intencional encabeçada por Bolsonaro.

Na ONU, Apib e Cimi denunciam medidas anti-indígenas e questionam governo brasileiro

Em declaração conjunta durante a 14ª Sessão do Mecanismo de Peritos sobre Direitos dos Povos Indígenas da ONU (EMRIP), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciaram, no dia 14 de agosto, medidas do governo brasileiro e do Congresso Nacional que atacam os direitos dos povos indígenas no Brasil, como o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que na prática inviabiliza demarcações de terras indígenas, e a tese do marco temporal.

Em sua manifestação na sessão com o EMRIP, o governo brasileiro defendeu a Instrução Normativa Conjunta 01/2021, publicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em fevereiro. Entretanto, a IN 01/2021 permite que "organizações mistas" de indígenas e não indígenas possam explorar economicamente as terras tradicionais, o que é vedado pela Constituição Federal. A participação de indígenas nestas organizações – que não necessariamente são representativas do povo ou da comunidade que vive naquele território – é utilizada pelo governo federal para justificar a medida.

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Um Sábado Santo em Cacique Dobre

Por Egydio Schwade

Foi no fim da tarde do Sábado Santo de 1967. Thomaz Lisboa e eu, seminaristas jesuítas, batemos às portas da casa paroquial dos padres capuchinhos de Cacique Doble/RS. Não havia lugar para nós na casa paroquial. Assim mesmo decidimos permanecer na cidade, para participar das cerimônias do Sábado Santo, embora tivéssemos decidido buscar abrigo na aldeia indígena há uns três quilômetros dali, pois não tínhamos dinheiro para nos abrigar em algum albergue da cidade. Assim, após as cerimônias, seguimos a pé até a aldeia, mesmo desconhecida de para nós, confiantes de que os mais pobres, sempre acham alguma vaguinha em seus ranchos.

Chegamos à aldeia após a meia-noite, sob um luar pascal. Nos apresentamos ao chefe de posto do Serviço de Proteção ao Índio-SPI, Reinaldo Veloso, que nos acolheu, mas nos disse que tinha apenas uma cama disponível no posto. Na cama, colocou dois travesseiros: um na cabeceira e o outro no pé da cama. Cansados da viagem e das longas caminhadas do dia, passamos uma noite muito tranquila.

No outro dia, domingo de Páscoa, à tarde, voltamos à paróquia. Dois capuchinhos estavam de saída para Lagoa Vermelha e nos ofereceram carona. Havia chovido muito naquele dia e a estrada, cheia de lama, era um sabão. Mas o motorista, Frei Henrique, não estava nem aí. Disparava, como se a estrada estivesse em condições normais. Ignorando a advertência do seu colega sentado à minha direita: "Henrique, vá devagar, você está levando carga preciosa!". Continuava no mesmo ritmo, até que na decida de uma lombada perdeu o controle a Rural Willis, que capotou ficando de rodas para o ar, no meio da estrada. O motorista, eu e frei meu vizinho, estávamos no banco dianteiro, conseguimos sair logo do carro.

Iniciada na edição de abril de 2021, a coluna "Causos e Casos" é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que trará textos assinados por Egon Heck e Egydio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

Iniciamos as comemorações do quinquentenário reconhecendo a contribuição

do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista por meio de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Egydio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica. São mais de 50 anos "na universidade dos índios", como diz Egon Heck.

As histórias da "Causos e Casos", escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egydio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

Egon Heck é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.

Egydio Schwade é indigenista, pesquisador, apicultor, ativista e cidadão do Estado do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa daquele Estado pela dedicação em prol dos povos indígenas da Amazônia. Relação que se iniciou em 1963, num momento em que os povos daquela região eram dizimados, tendo seus territórios rasgados por estradas, invadidos, saqueados e sendo sistematicamente desqualificados e discriminados nas suas formas de ser e agir.



“...apareceu uma irmã enfermeira que atendeu Thomaz e uma hora depois eu já estava dando palestra para as irmãs, sobre nossa experiência missionária no Mato Grosso!”

E o frei do meu lado preocupado insistia: “Mestre, Egydio como está?” Embora o tranquilizasse, ele insistia. Lembrei-me então do Thomaz e outras duas pessoas que estavam no banco traseiro. E insisti: “Thomaz como está?” Thomaz, com voz sufocada, tentou me acalmar: “Nããão foi naaada!”

Neste meio tempo o motorista conseguiu abrir o capô e garrações de cachaça começaram a rolar para fora. Thomaz estava deitado debaixo deles e um bem no seu peito, sem rolha, aberto e ‘cloque, cloque’, a cachaça escorria na sua cara. Retirado lá debaixo, o levei a uma lagoa próxima, onde lavou a cara. Mas como ainda não enxergasse direito, segui com ele, de carona em uma Kombi, até o hospital das irmãs em Lagoa Vermelha. Ali no corredor do hospital, ficamos esperando para sermos atendidos.

Já estávamos uma meia hora ali sentados e ninguém atendia o Thomaz. Então falei a uma irmã que estava passando a nossa frente: “Não tem ninguém para atender este seminarista acidentado?” De imediato, apareceu uma irmã enfermeira que atendeu Thomaz e uma hora depois eu já estava dando palestra para as irmãs, sobre nossa experiência missionária no Mato Grosso!